

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS
AO EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Senhores Acionistas,

A Administração da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco", submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício e semestre encerrados em 31 de dezembro de 2016. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Ambiente Econômico

A economia brasileira encolheu 3,6% em 2016. Em dois anos, houve retração de 7,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que calcula o Produto Interno Bruto (PIB).

A inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) apresentou uma trajetória de queda ao longo de 2016 e encerrou o ano em 6,28% ante 10,67% apurado em 2015. Tal movimento influenciou, a partir de outubro, o início do ciclo da redução da taxa básica de juros (Selic), que ao término de 2016 situou-se em 13,75% a.a.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2016. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,26/US\$ ante R\$ 3,90/US\$ em 2015.

Em 2016, a balança comercial brasileira registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 47,68 bilhões, saldo superior aos US\$ 19,69 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 185,24 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 137,55 bilhões. O Brasil desenvolveu a sua principal corrente comercial com a China, no montante de US\$ 58,49 bilhões. As exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 35,13 bilhões e US\$ 23,36 bilhões.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,10 trilhões em dezembro de 2016, o que representa uma diminuição de 3,55% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 49,39%.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), que se posiciona como o segundo maior banco comercial da China, com mais de 60 anos de histórico operacional. As ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ao longo de 2016, houve aumento de capital no CCB Brasil no montante de R\$ 905,0 milhões, sendo R\$ 760,0 milhões no primeiro semestre e R\$ 145,0 milhões no segundo semestre.

Principais Indicadores Financeiros - Consolidado

R\$ Milhões	31/12/2016	31/12/2015
Total de Ativos	21.801,3	14.003,3
Operações de Crédito - Carteira Expandida	9.063,8	8.289,2
Captações em Reais	3.212,5	4.652,3
Captações em Moeda Estrangeira	9.101,1	5.953,1
Patrimônio Líquido	1.358,5	734,5
Índice de Basileia	15,13%	14,67%
Resultado Líquido	(305,5)	(491,5)
Pontos de Atendimento	37	37
Número de Funcionários	733	809

Riscos

A gestão de riscos da Instituição tem como objetivo garantir um adequado balanço entre o risco e o retorno. O Banco adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem considerando os principais riscos identificados, incluindo-se os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, atendendo os objetivos, políticas, estratégias definidos.

A governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco centraliza as decisões das empresas do conglomerado e adota modelos internos de rating, gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR e EVE como elementos de controle e limites, além de testes de estresse. Conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica.

Com o objetivo de reforçar seus valores e alinhar o comportamento dos empregados às diretrizes estabelecidas no gerenciamento de riscos, o Banco dispõe de diversas iniciativas internas que estimulam a cultura de riscos e fortalecem a responsabilidade individual e o comportamento ético de gerir o negócio.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site da Instituição (<http://www.br.ccb.com>).

Risco de Mercado

O controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização. Por seguir a regra Volcker que limita as operações da carteira trading, o Conglomerado tem limitado sua atuação nos mercados de derivativos que somente são utilizadas com o fito de posicionamento de hedge, sem fazer uso dos movimentos de preços e realização de arbitragem.

Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao *Value at Risk* (VaR) e EVE (*Economic Value of Equity*). O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer sensibilidade a real exposição aos diversos fatores de risco.

Durante o ano, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de dezembro de 2016, devido à limitações adotadas a partir de julho/16, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 40,8 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 122,3 milhões. Comparativamente, em 30 de dezembro de 2015, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 266 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 34,8 milhões.

Com a aprovação pelos reguladores americanos da regra *Volcker* que integra a lei Dodd-Frank sobre a reforma de Wall Street, o China Construction Bank Corporation e suas controladas tiveram que adaptar suas carteiras. Foram suspensas, a partir de julho/16, as operações da carteira de negociação (*trading*) do CCB Brasil, pois a regra impede que uma entidade bancária, ligada a uma corporação com operações nos EUA, conduza transações por meio das quais ela seja a principal beneficiária de movimentos de curto prazo nos preços dos ativos contemplados nestas operações.

Exposição Cambial

O conglomerado acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de dezembro de 2016, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 104,7 milhões representando elevação ante a exposição de R\$ 35,3 milhões de dezembro de 2015.

Risco de Liquidez

O Banco dispõe de controles e limites técnicos para monitorar e mitigar a ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de, no mínimo, três anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço. O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Por sua vez, para as garantias reais, os valores são obtidos pelos preços de mercado e mensalmente atualizados. O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação a sua exposição a mercados, setores e produtos.

Faz parte da avaliação o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito. Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 30 de dezembro de 2016, cerca de 75% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

Risco Operacional

O CCB Brasil aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do artigo 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas.

Governança Corporativa

A estrutura de Comitês das áreas técnicas e decisórias possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente voltado à sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

Relacionamento com auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.270,8 milhões, o que representa 16,5% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição. (Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2017).

Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Estável	• Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira - Longo prazo - Curto prazo Perspectiva	16/03/2017
	Ba1 NP Negativa	• Depósitos na Escala Global em moeda local - Longo prazo - Curto prazo Perspectiva	
	Aaa.br BR-1	• Depósitos na Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo	
Standard & Poor's	B+ B brBBB CreditWatch em desenvolvimento	• Escala Global em moeda estrangeira e moeda local - rating de contraparte - Longo prazo - Curto prazo • Escala Nacional • Perspectiva	08/03/2017
	Fitch Ratings	• Escala Nacional - Longo prazo - Curto prazo • Perspectiva	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
ATIVO						PASSIVO					
Circulante		11.462.353	8.627.623	11.330.805	8.521.067	Circulante		17.727.988	9.729.040	17.328.550	9.434.142
Disponibilidades	4a.	110.289	392.599	110.743	393.518	Depósitos	17a.	2.145.232	2.671.557	1.978.641	2.656.321
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.455.261	828.122	3.722.092	350.946	Depósitos à vista		83.219	116.952	80.185	114.104
Aplicações no mercado aberto	4b.	3.578.596	-	3.578.596	-	Depósitos de poupança		10.849	12.733	10.849	12.733
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	745.508	497.508	12.339	20.332	Depósitos interfinanceiros		254.464	145.202	94.540	145.202
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	131.157	330.614	131.157	330.614	Depósitos a prazo		1.791.310	2.394.298	1.787.677	2.381.910
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.858.518	4.136.474	3.858.518	4.142.745	Depósitos em moedas estrangeiras		5.390	2.372	5.390	2.372
Carteira própria	5b.	46.279	1.868.657	46.279	1.868.657	Captações no Mercado Aberto	18a.	6.923.133	1.691.036	6.868.236	1.511.007
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.910.915	1.645.069	2.910.915	1.645.069	Carteira própria		5.421.573	1.691.036	5.366.676	1.511.007
Vinculados ao Banco Central	5b.	141.623	-	141.623	-	Carteira de terceiros		1.501.560	-	1.501.560	-
Vinculados à prestação de garantias	5b.	695.951	278.851	695.951	285.122	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		291.628	442.814	291.630	442.814
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	63.750	343.897	63.750	343.897	Recursos de letras emitidas	18b.	291.628	410.914	291.628	410.914
Relações Interfinanceiras		10.303	33.309	10.303	33.309	Letras de crédito imobiliário		121.061	141.910	121.061	141.910
Depósitos no Banco Central	7.	10.303	33.309	10.303	33.309	Letras de crédito de agronegócio		162.779	192.662	162.779	192.662
Operações de Crédito		2.307.683	2.260.927	2.827.211	2.531.167	Letras financeiras		7.788	76.342	7.788	76.342
Operações de crédito	8.	2.290.028	2.467.978	3.070.809	2.923.219	Recursos de aceites cambiais		-	-	2	-
Setor público		14.427	70.358	14.427	70.358	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	-	31.900	-	31.900
Setor privado		2.275.601	2.397.620	3.056.382	2.852.861	Relações Interfinanceiras		-	3	-	3
Operações de crédito vinculadas à cessão		237.706	166.499	-	-	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	3	-	3
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(220.051)	(373.550)	(243.598)	(392.052)	Relações Interdependências		8.235	23.202	8.235	23.202
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	-	-	28.756	69.620	Recursos em trânsito de terceiros		8.235	23.202	8.235	23.202
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	31.902	76.934	Obrigações por Empréstimos	20.	7.417.486	4.102.098	7.417.486	4.102.098
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		-	-	(3.146)	(7.314)	Empréstimos no exterior		7.417.486	4.102.098	7.417.486	4.102.098
Outros Créditos		672.469	948.574	720.207	958.245	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	21.	115.287	45.285	115.287	45.285
Avais e fianças honrados		9.782	34.317	9.782	34.317	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		112.893	37.656	112.893	37.656
Carteira de câmbio	10.	541.860	827.160	541.860	827.160	Ministério das Cidades		2.394	7.629	2.394	7.629
Rendas a receber		31.907	18.612	31.906	18.611	Obrigações por Repasses do Exterior	20.	44.036	216.399	44.036	216.399
Negociação e intermediação de valores		4.285	1.196	4.285	1.196	Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	28.194	25.132	28.194	25.132
Diversos	11.	113.223	155.559	161.128	166.376	Instrumentos financeiros derivativos		28.194	25.132	28.194	25.132
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(28.588)	(88.270)	(28.754)	(89.415)	Outras Obrigações		754.757	511.514	576.805	411.881
Outros Valores e Bens		47.830	27.618	52.975	41.517	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		1.027	887	1.841	1.097
Despesas antecipadas	12b.	47.830	27.618	52.975	41.517	Carteira de câmbio	10.	23.242	20.476	23.242	20.476
Realizável a Longo Prazo		10.635.328	5.441.259	10.261.875	5.300.575	Sociais e estatutárias		204	13.316	204	13.316
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.478.782	660.793	927	-	Fiscais e previdenciárias	22.	82.968	42.633	108.083	69.320
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	1.478.782	660.793	927	-	Negociação e intermediação de valores		36.192	8.181	36.192	8.181
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.167.951	868.111	4.176.797	868.111	Dívida subordinada	25.	120.796	19.025	120.796	19.025
Carteira própria	5b.	1.362.882	197.135	1.362.882	197.135	Diversas	24.	490.328	406.996	286.447	280.466
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.531.836	52.495	2.531.836	52.495	Exigível a Longo Prazo		3.560.587	4.145.848	3.083.281	3.805.612
Vinculados a prestação de garantias	5b.	-	-	8.846	-	Depósitos	17a.	359.862	1.135.230	324.878	1.077.295
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	273.233	618.481	273.233	618.481	Depósitos interfinanceiros		125.785	665.612	105.024	665.612
Operações de Crédito		2.372.115	1.539.461	3.314.146	1.909.780	Depósitos a prazo		234.077	469.618	219.854	411.683
Operações de crédito	8.	2.161.860	1.610.721	3.529.777	2.262.630	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		143.024	130.670	143.303	130.912
Setor público		-	22.506	-	22.506	Recursos de letras emitidas	18b.	87.958	75.604	87.958	75.604
Setor privado		2.161.860	1.588.215	3.529.777	2.240.124	Letras de crédito imobiliário		36.082	56.844	36.082	56.844
Operações de crédito vinculadas a cessão		411.683	271.186	-	-	Letras de crédito de agronegócio		26.705	11.964	26.705	11.964
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(201.428)	(342.446)	(215.631)	(352.850)	Letras financeiras		25.171	6.796	25.171	6.796
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	-	-	16.114	34.781	Recursos de aceites cambiais		-	-	279	242
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	18.756	39.529	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	55.066	55.066	55.066	55.066
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		-	-	(2.642)	(4.748)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	21.	1.525	22.732	1.525	22.732
Outros Créditos		2.315.920	2.115.248	2.418.770	2.207.077	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		1.525	22.732	1.525	22.732
Carteira de câmbio	10.	-	2.231	-	2.231	Obrigações por Repasses do Exterior	20.	74.480	5.507	74.480	5.507
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	28a.	1.356.468	1.615.618	1.444.477	1.692.179	Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	1.592	-	1.592	-
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	28a.	380.662	-	380.662	-	Instrumentos financeiros derivativos		1.592	-	1.592	-
Diversos	11.	583.311	538.472	598.179	552.966	Outras Obrigações		2.980.104	2.851.709	2.537.503	2.569.166
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(4.521)	(41.073)	(4.548)	(40.299)	Fiscais e previdenciárias	22.	708.165	652.232	732.299	681.240
Outros Valores e Bens		300.560	257.646	335.121	280.826	Dívida subordinada	25.	1.244.259	1.489.548	1.244.259	1.489.548
Outros valores e bens	12a.	349.089	316.617	363.573	331.561	Instrumentos de dívida elegíveis a capital		559.926	397.526	559.926	397.526
Despesas antecipadas	12b.	39.609	13.394	67.048	27.093	Diversas	24.	467.754	312.403	1.019	852
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(88.138)	(72.365)	(95.500)	(77.828)	Resultados de Exercícios Futuros	26.	30.997	29.107	30.997	29.107
Permanente		580.367	569.858	208.624	181.688	Patrimônio Líquido	27.	1.358.476	734.745	1.358.476	734.469
Investimentos		475.489	453.887	2.595	5.137	Capital Social		1.699.886	2.012.810	1.699.886	2.012.810
Participações em controladas - no país	15.	474.746	453.177	1.850	4.425	De domiciliados no país		1.699.886	2.012.810	1.699.886	2.012.810
Outros investimentos		1.191	1.158	1.235	1.202	(-) Capital e realizar		(3.738)	-	(3.738)	-
Provisão para perdas em investimentos		(448)	(448)	(490)	(490)	Reservas de capital		24.956	-	24.956	-
Imobilizado de uso	13b.	101.664	113.595	105.866	114.338	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.700)	(5.010)	(1.700)	(5.010)
Imóveis de uso		196.034	166.813	196.034	166.813	Prejuízos acumulados		(305.823)	(1.217.950)	(305.823)	(1.218.226)
Outras imobilizações de uso		32.623	32.732	39.083	35.435	(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Depreciações acumuladas		(126.993)	(85.950)	(129.251)	(87.910)	Total do Passivo		22.678.048	14.638.740	21.801.304	14.003.330
Intangível	13c.	3.214	2.376	100.163	62.213						
Ativos intangíveis		12.249	8.501	119.594	115.846						
Amortização acumulada		(9.035)	(6.125)	(19.431)	(53.633)						
Diferido	13d.	-	-	-	-						
Gastos de organização e expansão		-	30.784	-	30.784						
Amortização acumulada		-	(30.784)	-	(30.784)						
Total do Ativo		22.678.048	14.638.740	21.801.304	14.003.330						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E DO SEGUNDO SEMESTRE
Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação do capital social

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO			
	2º Se- mestre			2º Se- mestre			
	Nota	2016	2015	2016	2016	2015	
Receitas da Intermediação Financeira		933.784	1.668.265	3.448.193	965.934	1.710.881	3.477.116
Operações de crédito	29a.	364.961	746.370	1.104.604	533.571	1.009.981	1.268.582
Operações de arrendamento mercantil		-	-	-	8.721	13.297	(6.736)
Resultado de títulos e valores mobiliários	29b.	558.162	911.095	647.258	412.981	676.803	516.092
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	29c.	-	-	1.145.009	-	-	1.147.856
Resultado de câmbio	29d.	-	-	551.104	-	-	551.104
Resultado de aplicações compulsórias		134	273	218	134	273	218
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		10.527	10.527	-	10.527	10.527	-
Despesas da Intermediação Financeira		(725.628)	(1.750.508)	(4.039.616)	(660.143)	(1.635.616)	(3.972.044)
Captação no mercado	29e.	(508.085)	(729.347)	(2.008.722)	(491.300)	(698.328)	(1.971.788)
Empréstimos, cessões e repasses	29f.	(102.947)	665.470	(1.017.248)	(102.947)	665.470	(1.022.288)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	29c.	(193.328)	(1.308.987)	-	(193.328)	(1.308.987)	-
Resultado de câmbio	29d.	25.302	(96.657)	-	25.302	(96.657)	-
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	29g.	(945.457)	(1.001.608)	(43.472)	(870.842)	(870.842)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	998.887	720.621	(970.174)	972.972	673.728	(975.770)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		208.156	(82.243)	(591.423)	305.791	75.265	(494.928)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(181.731)	(301.754)	(486.716)	(277.802)	(453.268)	(575.936)
Receitas de prestação de serviços		26.623	47.871	49.344	36.049	64.972	62.993
Rendas de tarifas bancárias		2.413	5.493	10.398	2.445	5.926	10.474
Despesas de pessoal	29j.	(117.888)	(220.903)	(205.188)	(128.333)	(239.962)	(222.503)
Despesas tributárias	29l.	(12.517)	(20.470)	(22.962)	(19.861)	(33.129)	(32.092)
Resultado de participações em controladas	15.	(15.714)	(15.710)	13.370	(1.541)	(2.574)	(1.157)
Outras despesas administrativas	29k.	(59.486)	(120.897)	(137.196)	(85.550)	(166.218)	(170.007)
Outras receitas operacionais	29h.	58.110	151.898	53.913	64.184	161.609	65.960
Outras despesas operacionais	29i.	(63.272)	(129.036)	(248.395)	(145.195)	(243.892)	(289.604)
Resultado Operacional		26.425	(383.997)	(1.078.139)	27.989	(378.003)	(1.070.864)
Resultado não operacional	29n.	(12.411)	(11.792)	(1.526)	(12.987)	(12.006)	(2.673)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		14.014	(395.789)	(1.079.665)	15.002	(390.009)	(1.073.537)
Imposto de renda	28c.	(16.687)	(22.608)	(13.074)	(20.559)	(32.262)	(16.583)
Contribuição social	28c.	(5.217)	(11.654)	(9.755)	(8.385)	(18.947)	(12.734)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	28c.	42.310	124.228	610.680	48.362	135.671	611.308
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		34.420	(305.823)	(491.814)	34.420	(305.547)	(491.546)
Número de Ações Integralizadas (mil)	27.	354.323	354.323	252.904			
Prejuízo/Lucro por Ação do Capital Social - R\$		0,10	(0,86)	(1,94)			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E DO SEGUNDO SEMESTRE
Em milhares de reais

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO			
	2º Se- mestre			2º Se- mestre			
	Nota	2016	2015	2016	2016	2015	
1.Receitas		1.993.986	2.514.497	2.505.993	1.934.422	2.423.461	2.515.692
1.1 Intermediação Financeira		933.784	1.668.265	3.448.193	965.934	1.710.881	3.477.116
1.2 Prestação de Serviços		29.036	53.364	59.742	38.494	70.898	73.467
1.3 Provisão para devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)		998.887	720.621	(970.174)	972.972	673.728	(975.770)
1.4 Outras		32.279	72.247	(31.768)	(42.978)	(32.046)	(59.121)
2.Despesas de Intermediação Financeira		1.724.515	2.471.129	3.069.442	1.633.115	2.309.344	2.996.274
3.Insumos Adquiridos de Terceiros		63.388	88.231	210.720	88.565	129.891	241.382
3.1 Materiais, energia e outros		13.515	27.501	27.845	24.091	45.134	44.592
3.2 Serviços de terceiros		22.070	43.352	52.317	35.547	67.073	64.476
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos		27.803	17.378	130.558	28.927	17.684	132.314
4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)		206.083	(44.863)	(774.169)	212.742	(15.774)	(721.964)
5. Depreciação, amortização e exaustão		9.575	19.707	15.298	9.841	20.180	15.916
6.Valor Adicionado Líquido Produzido/ Utilizado pela Entidade (4-5)		196.508	(64.570)	(789.467)	202.901	(35.954)	(737.880)
7.Valor Adicionado Recebido em Transferência		(15.228)	(14.909)	14.000	(1.055)	(1.773)	(525)
7.1 Resultado de equivalência patrimonial		(15.714)	(15.710)	13.369	(1.541)	(2.574)	(1.156)
7.2 Outras		486	801	631	486	801	631
8.Valor Adicionado/Aplicado a Distribuir (6+7)		181.280	(79.479)	(775.467)	201.846	(37.727)	(738.405)
9. Distribuição do Valor Adicionado		181.280	(79.479)	(775.467)	201.846	(37.727)	(738.405)
9.1 Pessoal		102.152	189.859	173.980	111.079	206.141	188.657
9.1.1 Remuneração direta		81.862	152.657	141.225	88.140	164.161	151.747
9.1.2 Benefícios		11.748	21.852	20.023	13.884	25.645	23.336
9.1.3 F.G.T.S.		8.542	15.350	12.732	9.055	16.335	13.574
9.2 Impostos, taxas e contribuições		33.745	12.969	(484.507)	44.360	36.169	(464.323)
9.2.1 Federais		26.783	(766)	(500.052)	35.899	19.699	(482.274)
9.2.2 Estaduais		342	610	706	699	1.187	1.107
9.2.3 Municipais		6.620	13.125	14.839	7.762	15.283	16.844
9.3 Remuneração de capitais de terceiros		10.963	23.516	26.874	11.987	25.510	28.807
9.3.1 Aluguéis		10.963	23.516	26.874	11.987	25.510	28.807
9.4 Remuneração de capitais próprios		34.420	(305.823)	(491.814)	34.420	(305.547)	(491.546)
9.4.1 Prejuízos retidos		34.420	(305.823)	(491.814)	34.420	(305.547)	(491.546)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E DO SEGUNDO SEMESTRE - MÉTODO INDIRETO - Em milhares de reais

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO			
	2º Se- mestre			2º Se- mestre			
	2016	2016	2015	2016	2016	2015	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		34.420	(305.823)	(491.814)	34.420	(305.547)	(491.546)
Lucro/(Prejuízo) Líquido		34.420	(305.823)	(491.814)	34.420	(305.547)	(491.546)
Ajustes ao (Prejuízo)/Lucro Líquido		(974.402)	(716.348)	995.368	(956.499)	(673.691)	1.022.291
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(998.887)	(720.621)	970.174	(972.972)	(673.728)	975.770
Depreciações e amortizações		9.575	19.707	15.299	9.840	20.179	15.915
Provisão/(reversão) outras		15.357	15.529	(550)	17.126	17.429	1.519
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas		11.684	(6.777)	24.041	15.811	(47)	29.268
Resultado de participações em controladas		15.714	15.710	(13.370)	1.541	2.574	1.157
(Ganho)/perda na venda de imobilizado		(1.682)	(1.677)	2.481	(1.682)	(1.677)	2.478
(Ganho) na venda bens não de uso próprio		(296)	(932)	(2.707)	(296)	(1.134)	(3.808)
Amortização de ágio de investimento		(25.867)	(37.287)	-	(25.867)	(37.287)	-
Outros		-	-	-	-	-	(8)
(Prejuízo)/Lucro Líquido Ajustado		(939.982)	(1.022.171)	503.554	(922.079)	(979.238)	530.745
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(539.721)	(1.065.989)	132.279	40.860	7.066	47.847
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(2.806.801)	(1.932.750)	(722.920)	(2.807.366)	(1.935.331)	(672.079)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências		8.826	8.036	62.515	8.826	8.036	62.515
(Aumento)/redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		269.335	(128.065)	1.889.534	(321.438)	(936.612)	1.986.603
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		(66.848)	125.490	(369.212)	(81.288)	83.049	(352.386)
(Aumento) em crédito tributário de IR e CS		(42.344)	(121.512)	-	(48.399)	(132.960)	-
Aumento/(redução) em depósitos		291.492	(1.301.694)	(3.006.424)	135.575	(1.430.099)	(2.942.090)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto		5.600.685	5.232.096	(55.415)	5.734.458	5.357.229	(103.637)
Aumento em outras obrigações		49.726	359.536	126.608	81.119	116.267	50.453
Aumento/(redução) em impostos a recolher IR e CS		-	-	-	7.201	(1.839)	-
Aumento em resultado de exercícios futuros		1.145	1.891	3.007	1.145	1.891	3.007
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades Operacionais		1.825.513	154.868	(1.436.474)	1.828.614	157.459	(1.389.022)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		(1.070.267)	(1.081.162)	9.619	(1.070.267)	(1.081.162)	(35.953)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(1.070.267)	(1.081.162)	9.619	(1.070.267)	(1.081.162)	(35.953)
Alienação de bens não de uso próprio		5.436	12.306	27.257	9.066	18.788	31.891
Alienação de investimentos		-	-	7	-	-	7
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil		4.208	4.212	427	4.208	4.212	510
Aquisição de bens não de uso próprio		(22.309)	(43.847)	(28.544)	(25.258)	(49.666)	(38.057)
Aquisição de investimentos		(34)	(34)	(1.045)	(34)	(34)	(5.585)
Aquisição de imobilizado de uso		(5.144)	(7.158)	(9.436)	(8.898)	(10.915)	(9.511)
Aplicação no intangível		(1.563)	(3.748)	(2.398)	(1.563)	(3.748)	(2.149)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Investimentos		(1.089.673)	(1.119.431)	(4.113)	(1.092.746)	(1.122.525)	(58.847)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		(115.699)	(138.832)	(1.204.532)	(115.678)	(138.793)	(1.204.500)
(Redução) em recursos de emissão de títulos		(115.699)	(138.832)	(1.204.532)	(115.678)	(138.793)	(1.204.500)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		2.694.594	3.258.658	2.279.225	2.694.594	3.258.657	2.263.347
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas		42.210	(147.079)	428.162	42.210	(147.079)	428.162
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital		233.165	162.401	397.526	233.165	162.401	397.526
Aumento de capital		141.288	901.288	-	141.288	901.288	-
Á							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, ("Companhia") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring e Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, vem implementando um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro. Essas ações, cujas principais descritas abaixo, estão alinhadas às premissas de realização dos créditos tributários (nota explicativa nº 28) esperadas para os próximos dez anos - prazo máximo de realização determinado na Resolução CMN nº 3.059/02, as quais podem assim serem resumidas:

- a) Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, até o período findo em 31 de dezembro de 2016, foram captados junto ao controlador no exterior o montante da ordem de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- b) Captações externas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
 - Bônus Perpétuo no montante de US\$ 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I, e
 - Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II;
- c) Aumentos do capital social em 2016:
 - R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016, e
 - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016;
- d) Aumento de capital para suportar o plano de negócios e manter os níveis mínimos de capitalização durante o exercício de 2017, assim como nos exercícios subsequentes, conforme estudo técnico da realização dos créditos tributários.
- e) Retomada gradual da concessão de crédito corporativo, com aumento das receitas decorrentes de operações de crédito a empresas de grande e médio porte;
- f) Acréscimo das receitas obtidas com a carteira de crédito consignado, devido a decisão de aumento da representatividade daquelas operações na carteira do conglomerado;
- g) Aumento nas receitas de prestação de serviços, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- h) Melhoria nos processos voltados a recuperações de créditos, e possível realização de outras operações de securitização, nos moldes semelhantes daquela realizada em novembro de 2016 e que redundou em receitas de R\$ 326 milhões;
- i) Redução dos custos administrativos e operacionais;
- j) Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico; e
- k) Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil (BACEN), no decorrer do primeiro semestre de 2017, o pedido de dispensa previsto no parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução nº 3.059/02 e alterações posteriores.

As medidas listadas atenderão objetivo de recomposição gradual do resultado da intermediação financeira e consequente retomada de resultados operacionais positivos e resultados tributáveis, em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários contabilizados, a apuração de maiores margens e cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização, o qual repousará sobre a premissa básica do reenquadramento e manutenção de adequada capitalização da instituição financeira por parte do controlador.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluem a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e suas controladas, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando não conflitante com as normas do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- d) CPC 04 - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- f) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- h) CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
- k) CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15; e
- l) CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de março de 2017.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o CCB Brasil MÚLTIPLO e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), os FIDC's e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado. Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos.	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

b.1) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Aberto e Corporativo II foram liquidados em 17 de abril e 04 de agosto de 2015, respectivamente.

Em conformidade com as normas da CVM, na condição de originador de recebíveis cedidos ao FIDC, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto, foram consolidadas as informações contábeis dos referidos FIDC's em 2015.

Os FIDC's acima mencionados foram constituídos na forma da instrução CVM nº 393/03, com a característica de condomínio fechado, oriundo de operações de empréstimos e com prazos de duração indeterminados, tendo o CCB Brasil subscrito a totalidade das cotas subordinadas, sendo que as cotas seniores foram subscritas por investidores qualificados.

b.2) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tinha como acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A. para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB Brasil, apresentada portanto como investimento.

As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de *factoring e forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

b.3) Balanço das controladas diretas

	Dezembro/16					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Outras	Total
Ativo Total	20.911	293.507	2.336.306	31.833	78.278	2.760.835
Circulante e realizável a longo prazo	20.911	293.507	2.331.194	31.833	78.204	2.755.649
Disponibilidades	18	346	2.410	779	130	3.683
Aplicações interfinanceiras	20.761	214.821	—	—	—	235.582
Títulos e valores mobiliários	—	—	8.846	17.128	22.745	48.719
Operações de crédito	—	—	1.461.560	—	49.969	1.511.529
Operação de arrendamento mercantil	—	44.871	—	—	—	44.871
Outros créditos	132	30.560	821.580	13.926	5.311	871.509
Outros valores e bens	—	2.909	36.798	—	49	39.756
Ativo permanente	—	—	5.112	—	74	5.186
Passivo Total	20.911	293.507	2.336.306	31.833	78.278	2.760.835
Circulante e exigível a longo prazo	1.075	45.037	2.242.820	18.284	75.520	2.382.736
Depósitos	—	—	2.211.024	—	—	2.211.024
Recursos de aceites cambiais e debêntures	—	—	281	—	—	281
Obrigações por empréstimos e repasses	—	—	—	—	25.479	25.479
Outras obrigações	1.075	45.037	31.515	18.284	50.041	145.952
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	18.168	228.477	130.773	11.093	5.297	393.808
Resultado do exercício	1.668	19.993	(37.287)	2.456	(2.539)	(15.709)

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

	Dezembro/15					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Outras	Total
Ativo Total	20.169	280.137	1.290.610	42.047	37.600	1.670.563
Circulante e realizável a longo prazo	20.169	280.137	1.289.396	42.047	37.513	1.669.262
Disponibilidades	22	488	1.041	8.713	842	11.106
Aplicações interfinanceiras	—	127.987	52.042	—	—	180.029
Títulos e valores mobiliários	19.653	9.291	6.272	23.656	31.540	90.412
Operações de crédito	—	—	640.558	—	926	641.484
Operação de arrendamento mercantil	—	104.401	—	—	—	104.401
Outros créditos	494	31.707	558.668	9.678	4.191	604.738
Outros valores e bens	—	6.263	30.815	—	14	37.092
Ativo permanente	—	—	1.214	—	87	1.301
Passivo Total	20.169	280.137	1.290.610	42.047	37.600	1.670.563
Circulante e exigível a longo prazo	2.001	51.660	1.159.831	30.954	32.530	1.276.976
Depósitos	—	—	1.137.969	—	—	1.137.969
Recursos de aceites cambiais e debêntures	—	—	241	—	—	241
Obrigações por empréstimos e repasses	—	—	—	—	29.219	29.219
Outras obrigações	2.001	51.660	21.621	30.954	3.311	109.547
Patrimônio líquido - Capital social e reservas	16.921	214.455	134.806	8.241	5.794	380.217
Resultado do exercício	1.247	14.022	(4.027)	2.852	(724)	13.370

(*) As operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado (nota 2b). As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

b.4) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil MULTIPLO x CCB Brasil CONSOLIDADO

	Dezembro/16	Dezembro/15
Resultado do exercício (múltiplo)	(305.823)	(491.814)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	276	268
Resultado do exercício (consolidado)	(305.547)	(491.546)
Patrimônio líquido do exercício (múltiplo)	1.358.476	734.745
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas	276	(543)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - período anterior	(276)	267
Patrimônio líquido do exercício (consolidado)	1.358.476	734.469

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros e derivativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo CCB Brasil e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

- a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário repositonar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

e.5) Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante um ano de exercício, compostas por despesas associadas a captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência da portabilidade ou baixa para perdas.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.

f.2) O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do CMN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j) Demonstrações do valor adicionado

O CCB Brasil elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações financeiras.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Disponibilidades

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Caixa	1.102	1.073	1.101	1.073
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	109.187	391.526	109.642	392.445
Total	110.289	392.599	110.743	393.518

b) Aplicações no mercado aberto

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Vencimento		
Até 30 dias	3.578.596	-
Total	3.578.596	-

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Vencimento				
Até 30 dias	228.527	32.821	2.139	2.541
De 31 a 90 dias	70.570	115.894	2.482	16.743
De 91 a 360 dias	446.411	348.793	7.718	1.048
Acima de 360 dias	1.478.782	660.793	927	-
Total	2.224.290	1.158.301	13.266	20.332

d) Aplicações em moedas estrangeiras

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Vencimento		
Até 30 dias	131.157	330.614
Total	131.157	330.614

5. Títulos e valores mobiliários

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	CONSOLIDADO		MÚLTIPLO				
	Sem vencimento	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total corrigido	Custo mercado	Valor de contábil	Total contábil
Títulos para negociação	-	33	3.794.735	3.794.768	3.800.396	3.794.768	3.794.768
Carteira própria	-	33	46.246	46.279	46.313	46.279	46.279
Letras Financeiras Tesouro	-	-	46.246	46.246	46.279	46.246	46.246
Notas do Tesouro Nacional - C	-	33	-	33	34	33	33
Vinculados a operações compromissadas	-	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915	2.910.915
Letras Financeiras Tesouro	-	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915	2.910.915
Vinculados à prestação de garantias	-	-	695.951	695.951	696.813	695.951	695.951
Letras Financeiras Tesouro	-	-	695.951	695.951	696.813	695.951	695.951
Vinculados ao BACEN (**)	-	-	141.623	141.623	141.756	141.623	141.623
Letras Financeiras Tesouro	-	-	141.623	141.623	141.756	141.623	141.623
Títulos disponíveis para venda	-	-	2.632.749	2.632.749	2.635.837	2.632.749	2.623.903
Carteira própria	-	-	92.067	92.067	92.784	92.067	92.067

	CONSOLIDADO		MÚLTIPLO				
	Sem vencimento	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total corrigido	Custo mercado	Valor de contábil	Total contábil
Letras Financeiras Tesouro	-	-	38.529	38.529	38.584	38.529	38.529
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	53.538	53.538	54.200	53.538	53.538
Vinculados a compromissadas	-	-	2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836	2.531.836
Letras Financeiras Tesouro	-	-	2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836	2.531.836
Vinculados a prestação de garantias	-	-	8.846	8.846	8.857	8.846	-
Letras Financeiras Tesouro	-	-	8.846	8.846	8.857	8.846	-
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	1.270.815	1.270.815	1.270.815	1.259.856	1.270.815
Carteira própria	-	-	1.270.815	1.270.815	1.270.815	1.259.856	1.270.815
Cotas - FIDC	-	-	50.598	50.598	50.598	50.598	50.598
Global Bonds	-	-	1.220.217	1.220.217	1.220.217	1.209.258	1.220.217
Total Dezembro/16	-	-	33	7.698.299	7.698.332	7.707.048	7.687.373
Total Dezembro/15	1.861	483.106	3.563.511	4.048.478	4.055.412	4.047.135	4.042.207

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 704.797 (Dezembro/15 - R\$ 285.122) sendo que o montante de R\$ 574.984 (Dezembro/15 - R\$ 155.305) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.6.

(**) Título vinculado para fins de aumento de capital, conforme nota 27a.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A., as ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. O valor de mercado dos Global Bonds foi apurado com base no mercado secundário (Bloomberg).

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

Título	CONSOLIDADO				
	Dólar	Selic	IPCA	Outros	Total
Fundos	-	-	-	50.598	50.598
Global Bonds	1.220.217	-	-	-	1.220.217
L.F.T	-	6.373.946	-	-	6.373.946
N.T.N-B	-	-	53.538	-	53.538
N.T.N-C	-	-	-	33	33
Total	1.220.217	6.373.946	53.538	50.631	7.698.332

Título	CONSOLIDADO			
	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	-	-	1.861	1.861
Fundos	-	-	103.293	103.293
L.F.T	3.313.850	-	-	3.313.850
N.T.N-B	-	629.443	-	629.443
N.T.N-C	-	-	31	31
Total	3.313.850	629.443	105.185	4.048.478

6. Carteira de instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 31 de dezembro de 2016 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o CCB Brasil e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	7.689.486	7.687.231	7.698.332	7.687.373
Derivativos	336.983	336.983	336.983	336.983
Operações de crédito e arrendamento mercantil	5.789.283	6.746.942	7.341.955	8.299.614
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	380.249	380.220	199.564	199.535
Depósitos a prazo	2.025.387	2.193.606	2.007.531	2.175.750
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	55.066	22.820	55.066	22.820
Derivativos	29.786	29.786	29.786	29.786
Dívidas subordinadas	1.365.055	1.567.931	1.365.055	1.567.931

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	4.042.207	4.040.864	4.048.478	4.047.135
Derivativos	962.378	962.378	962.378	962.378
Operações de crédito e arrendamento mercantil	5.433.436	5.681.360	6.223.682	6.471.606
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	810.814	815.681	810.814	815.681
Depósitos a prazo	2.863.916	2.900.195	2.793.593	2.829.872
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	86.966	95.856	86.966	95.856
Derivativos	25.132	25.132	25.132	25.132
Dívidas subordinadas	1.512.133	1.697.801	1.512.133	1.697.801

b) Derivativos

b.1) Política de utilização

A aprovação dos reguladores americanos da regra "Volcker" que integra a lei Dodd-Frank sobre a reforma em Wall Street refletiu sobre a atuação global do China Construction Bank Corporation - CCB - atual controlador do CCB Brasil. Por possuir também agência nos Estados Unidos, em Nova Iorque, teve que adaptar suas carteiras e a de todas as suas controladas. A regra é relativamente simples na sua concepção original. Os beneficiários da rede de proteção constituída pelo acesso ao empregador de última instância ou ao seguro de depósitos, não poderiam mais realizar transações de compra e venda de papéis em carteira própria (*proprietary trading*), ou seja, devem abster-se das operações voltadas para a especulação com preços de papéis. Este tipo de operação foi identificado como o principal canal de comportamento especulativo que teria colocado as instituições bancárias em risco. Desta forma, as instituições mais voltadas para o crédito tradicional tiveram que deixar de operar com posições próprias mais especulativas e arriscadas. A regra de "Volcker" também impede que instituições bancárias, isto é, aquelas cobertas pela proteção do Estado, pudessem investir seu capital próprio, ou patrocinar, de alguma forma, fundos de *hedge* e fundos de *private equity*.

Neste cenário, decorrente dessas limitações, mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Da mesma forma, está proibido transacionar com fundos de *hedge* e de *private equity*, admitindo-se, todavia, exceções relativas a certas atividades de *market making*, gestão de carteiras, *underwriting* e transações com títulos do governo, desde que sejam conduzidas "em prol dos clientes".

Durante o quarto trimestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade, o Banco utiliza operações com derivativos, objeto de *hedge*, proteção do fluxo de caixa e mitigação da variabilidade das exposições.

Assim, os derivativos negociados no período foram adquiridos para duas funções básicas:

Trading - como instrumento de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.

Hedge - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compunham a carteira de negociação ou *Trading Book* foram liquidados. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* vigentes em 31 de dezembro de 2016, foram bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não havia posicionamento direcional que viesse a ser admitido além dos definidos pela Política.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

As operações com clientes que outrora compunham a carteira *trading* são, desde que atendam os pré-requisitos regulamentares, registradas na carteira *banking* e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. A possibilidade de ocorrer descasamentos, nos casos em que a Tesouraria julgasse melhor administrar sua posição *Trading*, não é mais permitida, mesmo dentro do limite de VaR, em decorrência da regra “*Volcker*”. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Desta forma, a carteira de negociação - *trading* - é composta por títulos públicos, e recursos captados via operações compromissadas. A carteira *banking* é composta, majoritariamente, por operações de créditos (incluindo-se os créditos diretos ao consumidor e capital de giro) e captações (majoritariamente depósitos a prazo, e captações internacionais). Destaca-se que essas carteiras apresentam como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento. Para as operações classificadas na Carteira Bancária (de Não Negociação), a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco.

b.2) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado, decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2016 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2016), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2016 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	11.069	18.812	11.750	(909.037)	(290.655)	(1.187.942)
Moeda Estrangeira	324.935	112	(11.750)	947.057	290.655	1.225.962
Pré	968	3.213	-	(38.020)	-	(38.020)
Subtotal	336.972	22.137	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.000)	5.622	-	-	-	-
Total	334.972	27.759	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	-	1.811	3.693	19.833	-	23.526
Venda de Termo/NDF	2.011	217	(1.800)	(66.980)	(11.156)	(79.936)
Subtotal	2.011	2.028	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	146.632	-	146.632
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	336.983	29.786	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(4.113.826)	(199.586)	(3.829.243)	(8.142.655)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	823.416	2.593.119	10.946	3.427.481
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	(61.046)	-	-	(61.046)
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	66.845	-	-	66.845
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(335.391)	-	-	(335.391)

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 apresentam as seguintes características:

	CCB Brasil MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	-	39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
Subtotal	953.784	48.599	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	-	-	-	-
Total	933.773	24.527	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	26.014	172	78.400	142.907	-	221.307
Venda de Termo/NDF	2.591	433	(17.110)	(64.480)	-	(81.590)
Subtotal	28.605	605	-	-	-	-
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	175.689	175.689
Subtotal	-	-	-	-	-	-
Total	962.378	25.132	-	-	-	-
Contratos Futuros:						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	16.242	28.651	-	44.893
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	-	-	3.071	-	-	3.071
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	9.826	23.487	-	33.313
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(56.963)	-	(56.963)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(374.793)	-	-	(374.793)

As operações de “*swap*” e “NDF” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.-Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
		Dezembro/16		Dezembro/15	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2019	9.157	9.157	5.279	5.279
L.F.T	01/09/2020	560.109	560.109	144.998	144.998
L.F.T	01/09/2021	5.718	5.718	5.028	5.028
Total		574.984	574.984	155.305	155.305

b.7) Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos
A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:
(i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);

(ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;

(iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do CCB Brasil e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

Cenário 01: Situação provável, que reflète a percepção do CCB Brasil em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBOVESPA, ANBIMA, CETIP).

Cenário 02: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 03: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

	Curva de Juros (Pré)	Índices de Preços
Cenário 01	deslocamento paralelo de (-) 1.000 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (+) 1.000 <i>basis points</i>
Cenário 02	deslocamento paralelo de (-) 2.500 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (+) 2.500 <i>basis points</i>
Cenário 03	deslocamento paralelo de (-) 5.000 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (+) 5.000 <i>basis points</i>

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), e há um substancial deslocamento dos índices de inflação.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

	Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco			
	Dólar	Bolsa	Inflação	
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (-) 1.000 <i>basis points</i>	de 10%	queda de 10% alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (-) 2.500 <i>basis points</i>	de 25%	queda de 25% alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 <i>basis points</i>	deslocamento paralelo de (-) 5.000 <i>basis points</i>	de 50%	queda de 50% alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading* e *Banking*, em 31 de dezembro de 2016:

Fatores de Risco	Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco		
	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Taxa de Juros	(182)	(459)	(932)
Índice de Preços	-	-	-
Total	(182)	(459)	(932)

Fatores de Risco	Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco		
	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
Cupom de US\$	(63.212)	(169.699)	(375.148)
Taxa de Juros	(154.338)	(366.474)	(672.572)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	(1.027)	(2.572)	(5.062)
Total	(218.577)	(538.745)	(1.052.782)

São fatores de riscos:
Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. As correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitadas, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas prefixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como, por exemplo, um aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*hold to maturity*), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

b.8) Hedge contábil
A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Ajuste a valor	Ajuste a valor	Ajuste a valor	Ajuste a valor
	Valor Nominal	de mercado (*)	Valor Contábil	de mercado (*)
<i>Hedge</i> de captações no exterior	4.268.389	5.340	4.276.926	4.622

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Ajuste a valor	Ajuste a valor	Ajuste a valor	Ajuste a valor
	Valor Nominal	de mercado (*)	Valor Contábil	de mercado (*)
<i>Hedge</i> de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

(*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações interfinanceiras - depósitos no BACEN

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Compulsório sobre depósito à vista	2.848	23.327
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	4.312	5.739
Direcionamento de micro finanças	3.143	4.243
Total	10.303	33.309

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 29g.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

8. Operações de crédito

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Capital de giro e descontos (*)	1.650.278	2.313.395	1.651.960	2.313.395
Contas garantidas	2.879	43.360	2.879	43.360
Crédito pessoal consignado (*)	185.304	59.985	2.038.790	895.139
Cheque empresarial	390	1.899	390	1.899
Financiamentos à importação	2.014.646	984.673	2.014.646	984.673
Financiamentos à exportação	170.923	226.681	170.923	226.681
Financiamentos rurais e agroindustriais	107.300	55.146	107.300	55.146
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.068	2.103	2.068	2.103
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	11.134	28.589	11.134	28.589
Resolução nº 3.844 - repasses	-	12.174	-	12.174
Crédito a pessoas físicas (*)	41	33.226	293.571	305.221
Operações de crédito vinculadas à cessão (**)	649.389	437.685	-	-
Outros	306.925	317.468	306.925	317.469
Operações de crédito	5.101.277	4.516.384	6.600.586	5.185.849
Fianças honradas	9.782	34.317	9.782	34.317
Devedores por compra de valores e bens	83.178	142.768	84.660	144.684
Títulos e créditos a receber	53.872	91.144	55.095	93.546
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (***)	541.174	648.823	541.174	648.823
Outros créditos	688.006	917.053	690.711	921.370
Operações de arrendamento mercantil	-	-	50.658	116.463
Total	5.789.283	5.433.436	7.341.955	6.223.682

(*) O CCB Brasil Consolidado está acrescido dos seguintes créditos: CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 1.204.097 (Dezembro/15 - R\$ 397.469) e crédito à pessoa física no valor de R\$ 293.530 (Dezembro/15 - R\$ 271.995), totalizando R\$ 1.497.627 (Dezembro/15 - R\$ 669.464).

(**) No CCB Brasil Consolidado as operações de crédito vinculadas à cessão - Resolução nº 3.533/08 foram distribuídas de acordo com as modalidades que originaram os créditos, conforme segue: CCB Brasil Financeira na modalidade de crédito pessoal consignado no valor de R\$ 649.389 (Dezembro/15 - R\$ 437.685).

(***) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio", acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio". Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como "Outros créditos".

b) Diversificação por setor de atividade

Setor	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Setor Público	33.421	92.864	33.421	92.864
Federal	-	47.747	-	47.747
Estadual	33.280	43.645	33.280	43.645
Municipal	141	1.472	141	1.472
Setor Privado	4.831.469	4.738.239	4.880.275	4.849.002
Agronegócio	231.827	245.667	231.827	246.196
Indústria	1.939.497	2.694.997	1.952.768	2.738.713
- Construção civil - empreiteiras	240.615	396.876	241.314	410.287
- Usina de açúcar e álcool	220.201	352.216	225.225	362.561
- Incorporadoras	77.942	327.061	78.081	331.394
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	143.416	76.279	143.484	76.995
- Abate de animais e indústrias de carne	143.852	104.219	143.949	104.477
- Indústria química e petroquímica	108.520	71.183	113.742	77.956
- Produção metalúrgica e mecânica	206.594	100.057	207.193	101.785
- Produção de eletroeletrônicos	17.104	33.649	17.104	33.649
- Produção de papel e celulose	75.443	81.402	75.978	83.173
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	119.763	56.804	119.763	56.804
- Indústria de bebidas em geral	37.247	134.405	37.247	134.710
- Indústria de materiais para construção	45.617	82.697	46.281	84.338
- Produção de canos e artefatos de ferro	50.348	90.852	50.348	90.852
- Produção de veículos, carrocerias e outros	114.080	66.831	114.171	67.030
- Produção de embalagens plásticas	21.602	43.723	21.676	44.569
- Produção de fios e tecidos	3.216	45.841	3.216	45.841
- Produção de calçados e artigos de couro	53.849	86.889	53.908	87.340
- Indústria de fumo	59.020	65.858	59.020	65.858
- Extração vegetal e mineral	85.233	364.917	85.233	364.917
- Serviços de artes gráficas	11.470	8.010	11.470	8.010
- Indústria de confecções	71.405	54.672	71.405	54.672
- Produção de móveis	397	5.349	397	5.394
- Outros	32.563	45.207	32.563	46.101
Comércio	703.549	730.785	708.426	738.839
- Supermercados e atacadistas	319.719	252.438	319.721	252.508
- Concessionárias e comércio de veículos	24.458	93.074	24.458	93.074
- Comércio de outros produtos químicos	179.119	47.659	179.119	47.665
- Comércio de produtos agropecuários	153	2.139	153	2.139
- Comércio de medicamentos	6.061	21.730	6.061	21.730
- Comércio de eletroeletrônicos	3.962	64.762	3.962	64.762
- Comércio de roupas e tecidos	13.394	24.497	13.394	24.497
- Comércio de máquinas e equipamentos	12.499	26.251	12.572	26.944
- Empresas - <i>trading companies</i>	16.869	35.920	16.869	35.920
- Comércio de derivados de petróleo	10.373	19.412	15.175	25.239
- Comércio de móveis e artigos para decoração	4.876	14.995	4.876	14.995
- Comércio de produtos metalúrgicos	6.156	10.846	6.156	10.846
- Comércio de materiais para construção	17.923	23.778	17.923	23.778
- Comércio de livros, revistas e jornais	306	1.007	306	1.007
- Importação e exportação de produtos alimentícios	419	1.972	419	1.972
- Comércio de armarinhos em geral	10.208	422	10.208	422
- Outros	77.054	89.883	77.054	91.341
Intermediários financeiros	5.157	22.950	5.157	22.950
Outros serviços	1.951.439	1.043.840	1.982.097	1.102.304
- Serviços médicos e odontológicos	31.008	79.245	34.546	83.803
- Serviços técnicos e profissionais	68.925	162.062	69.471	165.254
- Transportes de passageiros e cargas	103.798	214.199	105.369	226.268
- Empresas - <i>holdings</i> em geral	689.948	97.170	689.948	97.719
- Serviços de utilidade pública	23.138	48.583	23.138	51.100
- Serviços de locação em geral	42.680	95.175	52.572	104.392
- Distribuição de energia	678.943	38.826	678.943	38.826
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	2.996	10.316	2.879	10.896
- Serviços de comunicação e diversão	7.856	15.619	10.108	19.311
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	22.656	23.785	22.656	23.785
- Associações desportivas	4.699	12.552	4.699	12.552
- Associações e sindicatos	10.621	27.490	10.621	27.490
- Serviços de armazenagem	15.134	18.871	15.134	18.871
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	10.558	19.858	10.558	19.858
- Serviços de hospedagem	10.477	344	10.477	368
- Cooperativas de produção	6.571	13.724	6.571	13.724
- Serviços metalúrgicos	12.552	6.494	12.552	6.494
- Serviços de telefonia	-	1.526	-	1.546
- Administração de cartões	9.250	16.161	9.250	16.159
- Outros	199.829	141.840	212.605	163.888
Pessoas físicas (*)	924.393	602.333	2.428.259	1.281.816
Total	5.789.283	5.433.436	7.341.955	6.223.682

(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

c) Diversificação por prazos - por parcela

	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Setor Público								
Até 03 meses	5.886	0,08	29.494	0,54	5.886	0,08	29.494	0,47
De 03 meses								
até 01 ano	13.108	0,21	40.864	0,75	13.108	0,16	40.864	0,66
Acima de 01 ano	14.427	0,15	22.506	0,41	14.427	0,11	22.506	0,37
Setor Privado								
Até 03 meses	1.345.686	23,26	1.272.271	23,42	1.504.136	20,50	1.375.715	22,10
De 03 meses								
até 01 ano	1.649.291	28,51	1.856.567	34,17	2.044.794	27,86	2.099.116	33,73
Acima de 01 ano	2.620.793	45,37	1.969.945	36,26	3.599.772	49,11	2.397.553	38,52
Vencidos a partir de 15 dias	140.092	2,42	241.789	4,45	159.832	2,18	258.434	4,15
Total	5.789.283	100,00	5.433.436	100,00	7.341.955	100,00	6.223.682	100,00

d) Diversificação por indexador

Tipo de Operação	CONSOLIDADO				
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)
Operações de Crédito	2.555.610	1.977.019	18.913	2.590.218	-
Arrendamento Mercantil	11.032	39.626	-	-	-
Outros	103.735	28.601	-	-	17.201
Total	2.670.377	2.045.246	18.913	2.590.218	17.201

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

Tipo de Operação	CONSOLIDADO				
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)
Operações de Crédito	1.467.548	2.657.249	14.950	1.645.670	49.255
Arrendamento Mercantil	17.598	98.865	-	-	-
Outros	183.617	33.979	-	-	54.951
Total	1.668.763	2.790.093	14.950	1.645.670	104.206

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e) Distribuição geográfica

Região	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Região norte	5.158	0,07	16.753	0,27
Região nordeste	578.488	7,88	929.498	14,93
Região sudeste	3.957.911	53,91	3.167.245	50,89
Região centro-oeste	269.126	3,67	487.352	7,83
Região sul	571.855	7,79	803.409	12,91
Exterior	1.959.417	26,68	819.425	13,17
Total	7.341.955	100,00	6.223.682	100,00

f) Níveis de concentração de risco

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Maior devedor individual	393.382	5,36	195.880	3,15
10 Maiores devedores	1.769.172	24,10	997.040	16,02
20 Maiores devedores	2.365.766	32,22	1.472.618	23,66
50 Maiores devedores	3.215.937	43,80	2.348.272	37,73
100 Maiores devedores	3.907.069	53,22	3.110.344	49,98
Maior devedor grupo econômico	393.382	5,36	195.880	3,15

g) Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1) Vencimentos carteira comercial

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Até 03 meses	810.357	31,45	721.727	20,81
De 03 meses a 01 ano	760.867	29,53	1.203.839	34,71
Acima de 01 ano	858.496	33,32	1.299.043	37,45
Vencidos a partir de 15 dias	146.702	5,69	243.757	7,03
Total	2.576.422	100,00	3.468.366	100,00

g.2) Vencimentos *trade finance*

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Até 03 meses	511.326	18,75	590.599	31,74
De 03 meses a 01 ano	811.841	29,77	699.717	37,62
Acima de 01 ano	1.403.147	51,46	564.728	30,36
Vencidos a partir de 15 dias	429	0,02	5.133	0,28
Total	2.726.743	100,00		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em milhares de reais

9. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Movimentação da provisão

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Saldo inicial	845.339	1.121.119	886.678	1.184.920
Reconstituição da provisão para créditos incluídos na cessão de créditos baixados para prejuízo	1.155.170	-	1.155.170	-
Provisão créditos cedidos não baixados para prejuízo (*)	66.550	-	66.550	-
Constituição do exercício (*)	524.156	1.040.302	580.108	1.098.662
Reversão do exercício (*)	(89.607)	(70.128)	(98.666)	(122.892)
Reversão para desconstituição da provisão sobre créditos cedidos (nota 8.h4) (*)	(1.221.720)	-	(1.221.720)	-
Subtotal	1.279.888	2.091.293	1.368.120	2.160.690
Baixas	(825.300)	(1.245.954)	(869.801)	(1.274.012)
Saldo final	454.588	845.339	498.319	886.678
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	103.121	101.324	110.172	106.710
Créditos renegociados no período	158.867	356.504	158.867	356.504
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	7,85	15,56	6,79	14,25

Em 31 de dezembro de 2016 foi incluída a reconstituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, retornando ao ativo do Banco aquele montante em contrapartida da carteira de crédito, a fim de reconhecer os efeitos decorrentes de cessão de crédito para securitizadora de crédito, conforme notas 8h4 e 30g.

(*) Considerando os itens com impacto em resultado do período temos R\$ 720.621 no múltiplo e R\$ 673.728 no consolidado.

b) Composição da provisão por tipo de operação

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Capital de giro e descontos	166.781	487.791	166.789	487.791
Contas garantidas	1.200	15.411	1.200	15.411
Crédito pessoal consignado	6.410	5.658	31.362	22.492
Cheque empresarial	108	1.364	108	1.364
Financiamentos à importação	82.678	52.739	82.678	52.739
Financiamentos à exportação	6.442	25.580	6.442	25.580
Financiamentos rurais e agroindustriais	738	241	738	241
Financiamentos imobiliários e habitacionais	19	11	19	11
Financiamento de máquinas e veículos pesados	2.931	6.009	2.931	6.009
Crédito a pessoas físicas	1	4.182	25.616	25.622
Cessões de crédito (Resolução nº 3.533)	12.825	9.368	-	-
Outros	141.346	107.642	141.346	107.642
Operações de crédito	421.479	715.996	459.229	744.902
Fiança honrada	6.651	26.531	6.651	26.531
Devedores por compra de valores e bens	5.595	44.431	5.639	44.441
Títulos e créditos a receber	2.563	37.958	2.712	38.319
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	18.300	20.423	18.300	20.423
Outros créditos	33.109	129.343	33.302	129.714
Operações de arrendamento mercantil	-	-	5.788	12.062
Total	454.588	845.339	498.319	886.678

c) Composição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	MÚLTIPLO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.119.645	-	19,34	832.577	-	15,34
A	2.156.599	10.783	37,26	1.594.077	7.970	29,34
B	728.190	7.282	12,58	791.337	7.914	14,56
C	661.176	19.836	11,42	695.059	20.852	12,79
D	347.608	34.761	6,00	485.984	48.598	8,94
E	333.371	100.011	5,76	250.157	75.047	4,60
F	298.366	149.183	5,15	182.740	91.370	3,36
G	38.652	27.056	0,67	26.391	18.474	0,49
H	105.676	105.676	1,82	575.114	575.114	10,58
Total	5.789.283	454.588	100,00	5.433.436	845.339	100,00

Nível de risco	CONSOLIDADO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.119.902	-	15,25	852.907	-	13,71
A	3.550.825	17.754	48,36	2.198.408	11.052	35,32
B	768.858	7.688	10,47	836.617	8.366	13,44
C	714.659	21.440	9,74	744.628	22.338	11,96
D	362.910	36.291	4,94	511.048	51.105	8,21
E	347.606	104.282	4,73	260.024	78.007	4,18
F	305.983	152.991	4,17	189.035	94.518	3,04
G	44.464	31.125	0,61	32.409	22.686	0,52
H	126.748	126.748	1,73	598.606	598.606	9,62
Total	7.341.955	498.319	100,00	6.223.682	886.678	100,00

10. Carteira de câmbio

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	520.107	809.133
Direitos sobre vendas de câmbio	12.463	2.326
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(50)	(734)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	9.340	18.666
Total	541.860	829.391
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	10.970	21.210
Importação financiada - câmbio contratado	(50)	(734)
Obrigações por compras de câmbio	544.156	630.157
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(531.834)	(630.157)
Total	23.242	20.476

11. Outros Créditos - Diversos

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Adiantamentos e antecipações salariais	10.877	1.643	10.884	1.725
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	612	1.667	675	1.724
Devedores por compra de bens a prazo	83.178	142.769	84.661	144.684
Devedores por depósitos em garantia	412.900	366.569	419.713	373.238
Tributos a compensar e recuperar (*)	55.355	55.409	78.742	68.442
Pagamentos a ressarcir	12.299	9.102	17.459	10.597
Títulos e créditos a receber (**)	107.252	97.094	115.531	107.397
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	-	201
Devedores diversos - país	14.061	19.778	31.642	11.334
Total	696.534	694.031	759.307	719.342

(*) Contempla: R\$ 38.222 (Dezembro/15 - R\$ 38.222) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 242 (Dezembro/15 - R\$ 296) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e beneficiários.

12. Outros Valores e Bens

a) Bens não de uso - São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Imóveis	317.778	285.824	320.418	288.464
Veículos e afins	4.009	4.444	15.389	16.448
Máquinas e equipamentos	26.363	26.161	26.827	26.461
Material em estoque	231	-	231	-
Outros	708	188	708	188
Subtotal	349.089	316.617	363.573	331.561
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(88.138)	(72.365)	(95.500)	(77.828)
Total	260.951	244.252	268.073	253.733

b) Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da origemação de carteira de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de portabilidade ou baixa para perda. Os valores apropriados na demonstração do resultado do período na rubrica de "Outras despesas operacionais - Comissões de crédito consignado" (nota 29h) foram de R\$ 104.669 (Dezembro/15 - R\$ 65.760).

13. Ativo Permanente

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b) Imobilizado de uso

	CONSOLIDADO									
	Taxas		Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Depre- ciação %	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	-	3.913	3.913
Edificações	4	192.122	162.900	-	-	(103.181)	(63.785)	88.941	99.115	
Instalações	10	5.176	1.922	-	-	(1.725)	(1.487)	3.451	435	
Máquinas e equipamentos de uso	10	17.201	16.970	(769)	(984)	(9.582)	(8.481)	6.850	7.505	
Sistema de processamento de dados	20	12.630	12.762	(67)	(82)	(12.111)	(12.022)	452	658	
Sistema de transporte	20	1.175	1.175	-	-	(742)	(534)	433	641	
Sistema de comunicação	10	2.297	2.207	-	-	(1.115)	(908)	1.182	1.299	
Sistema de segurança	10	1.477	1.516	(38)	(51)	(795)	(693)	644	772	
Total		235.991	203.365	(874)	(1.117)	(129.251)	(87.910)	105.866	114.338	

c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	CONSOLIDADO							
	Taxas de amortização %		Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/15
Softwares (*)	20	14.404	10.656	(11.118)	(8.033)	3.286	2.623	
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(8.313)	(45.600)	96.877	59.590	
Total		119.594	115.846	(19.431)	(53.633)	100.163	62.213	

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/15	Adições	Baixas	Reversão	Dezembro/16
Softwares (*)	2.623	3.748	(3.085)	-	3.286
Ágio (**)	59.590	-	-	37.287	96.877
Total	62.213	3.748	(3.085)	37.287	100.163

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituído provisão para perda no montante de R\$ 874 (Dezembro/2015 - R\$ 1.117), decorrentes de benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros cujo contrato de aluguel não foi renovado pelo Banco, além de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

14. Dependência no Exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 228.514 (Dezembro/15 - R\$ 292.245) e ativos totais de R\$ 3.539.120 (Dezembro/15 - R\$ 2.202.030). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15. Participações em Controladas e Coligadas no País - CCB Brasil MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Dezembro/16						Dezembro/15	
	Número ações/cotas possuídas	% parti- pação	Patri- mônio líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido	Equiva- lência patrimonial	Valor investi- mentos	Valor investi- mentos	
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	248.470	19.993	19.993	248.470	228.475	
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	19.836	1.668	1.668	19.836	18.168	
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	681	35	35	681	647	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	13.549	2.456	2.456	13.549	11.093	
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	93.483	(37.287)	(37.287)	190.360	190.369	
BrasilFactors S.A.	62.931	50%	4.155	(4.695)	(2.574)	1.850	4.425	
Total						(15.709)	474.746	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em milhares de reais

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Dezembro/15 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 14,85% a.a. (Dezembro/15 - 14,09% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 13,65% a.a. (Dezembro/15 - 14,15% a.a.) e possuem vencimento em 01 de janeiro de 2017, com lastro superior a 03 anos (Dezembro/15 - superior a 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/15 - 97%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/15 - até 03 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/15 - 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/15 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Dezembro/15 - 104% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (Dezembro/15 - em até 05 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,60% a.a. (Dezembro/15 - 1,15%) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Dezembro/15 - em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em espécie; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição.

Durante os exercícios de 2015 e 2016 o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Remuneração fixa	15.648	12.935
Outros	1.030	833
Total	16.678	13.768

b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

17. Depósitos

a) Composição por tipo de cliente

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/16					
Cliente	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
	Pessoas jurídicas	63.055	1.648.425	-	1.999	5.390
Pessoas físicas	16.579	159.733	-	8.850	-	185.162
Instituições financeiras	551	10.129	199.564	-	-	210.244
Investidores institucionais	-	189.244	-	-	-	189.244
Total	80.185	2.007.531	199.564	10.849	5.390	2.303.519

(*) Do montante de R\$ 2.007.531 de depósito a prazo, R\$ 32.482 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/15					
Cliente	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
	Pessoas jurídicas	92.735	1.772.852	-	1.946	2.372
Pessoas físicas	17.517	165.194	-	10.787	-	193.498
Instituições financeiras	3.852	35.088	810.814	-	-	849.754
Investidores institucionais	-	820.459	-	-	-	820.459
Total	114.104	2.793.593	810.814	12.733	2.372	3.733.616

(*) Do montante de R\$ 2.793.593 de depósito a prazo, R\$ 1.050.912 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b) Distribuição por prazos de vencimento

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/16					
Vencimento	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
	Sem vencimento	80.185	-	-	10.849	-
Até 03 meses	-	498.458	34.554	-	5.390	538.402
De 03 meses a 01 ano	-	982.299	59.986	-	-	1.042.285
De 01 a 03 anos	-	489.605	335	-	-	489.940
De 03 a 05 anos	-	37.169	104.689	-	-	141.858
Total	80.185	2.007.531	199.564	10.849	5.390	2.303.519

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 306.920, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/15					
Vencimento	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito interfinanceiro	Depósito poupança	Depósito em moedas estrangeiras	Total
	Sem vencimento	114.104	-	-	12.733	-
Até 03 meses	-	986.000	38.686	-	2.372	1.027.058
De 03 meses a 01 ano	-	1.131.079	106.516	-	-	1.237.595
De 01 a 03 anos	-	643.001	41.471	-	-	684.472
De 03 a 05 anos	-	33.513	461.083	-	-	494.596
De 05 a 15 anos	-	-	163.058	-	-	163.058
Total	114.104	2.793.593	810.814	12.733	2.372	3.733.616

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 264.831, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Número de depositantes/investidores

	CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Depositantes/investidores		
Depósitos à vista (contas ativas)	2.934	4.008
Depósitos de poupança	657	761
Depósitos a prazo	617	950
Depósitos em moedas estrangeiras	1	1

d) Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16		Dezembro/15	
Depositantes	R\$	%	R\$	%
	Maior depositante	261.393	13,02	201.068
10 Maiores depositantes	849.809	42,33	656.324	23,49
20 Maiores depositantes	1.145.219	57,05	883.941	31,64
50 Maiores depositantes	1.496.006	74,52	1.384.630	49,56
100 Maiores depositantes	1.726.588	86,01	1.936.045	69,30

18. Captações no Mercado Aberto e Recursos de Letras Emitidas

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de janeiro de 2017 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2022 e NTN-B com vencimento em maio de 2019.

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

b.1) Composição por tipo de cliente

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
Cliente	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
	Pessoas jurídicas	-	-	31.729	-	-
Pessoas físicas	154.960	154.168	-	197.305	196.829	-
Investidores institucionais	-	-	1.230	-	7.797	1.072
Instituições financeiras	2.183	35.316	-	1.449	-	57.202
Total	157.143	189.484	32.959	198.754	204.626	83.138

b.2) Distribuição por prazos de vencimento

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
Cliente	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
	Até 03 meses	30.498	60.680	1.933	61.072	87.479
De 03 meses a 01 ano	90.563	102.099	5.855	80.838	105.183	74.826
De 01 a 03 anos	36.082	26.705	25.171	56.844	11.964	6.796
Total	157.143	189.484	32.959	198.754	204.626	83.138

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 7,4% a.a. (Dezembro/15 - 1,82% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Dezembro/16		Dezembro/15	
Vencimento	R\$	%	R\$	%
	Até 03 meses	-	-	4.591
De 03 meses a 01 ano	-	-	27.309	31,40
De 01 a 03 anos	55.066	100,00	55.066	63,32
Total	55.066	100,00	86.966	100,00

20. Empréstimos e Repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,64% a.a. (Dezembro/15 - 1,34% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

	CONSOLIDADO			
	Dezembro/16		Dezembro/15	
Vencimento	R\$	%	R\$	%
	Até 03 meses	1.219.084	16,18	242.679
De 03 meses a 01 ano	6.242.050	82,83	3.940.853	91,14
De 01 a 03 anos	37.225	0,49	73.564	1,70
De 03 a 05 anos	37.226	0,50	44.604	1,03
Acima de 05 anos	-	-	22.304	0,52
Total	7.535.585	100,00	4.324.004	100,00

As despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 417 (Dezembro/15 - R\$ 2.137), são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

As operações de empréstimos e repasses do exterior e dívida subordinada (nota 25), que contém cláusulas restritivas ("covenants") são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

21. Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até fevereiro de 2018 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PRCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

22. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	20.456	22.262
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	-	-	1.735	1.768
Impostos e contribuições a recolher	17.907	11.833	20.831	13.404
Provisão para imposto de renda diferido	65.061	30.800	68.510	39.691
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	708.165	652.232	728.850	673.435
Total	791.133	694.865	840.382	750.560

(*) Referem-se a "obrigações legais e passivos contingentes" (nota 23).

23. Contingências e obrigações legais

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

c.1) CSLL x Isonomia - valor envolvido R\$ 140.644 (Dezembro/15 - R\$ 129.310): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

c.2) COFINS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 476.029 (Dezembro/15 - R\$ 438.119): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 77/0, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 24.317 (Dezembro/15 - R\$ 22.405).

c.3) PIS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 77.302 (Dezembro/15 - R\$ 71.145): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 77/0, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 82.905 (Dezembro/15 - R\$ 73.160).

c.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 12.511 (Dezembro/15 - R\$ 12.109): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 16.471 (Dezembro/15 - R\$ 15.013).

c.5) ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.679 (Dezembro/15 - R\$ 1.549): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d) Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

(Dezembro/15 - 128) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 7.757 (Dezembro/15 - R\$ 10.725), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 5.633 (Dezembro/15 - R\$ 6.630). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

e.2) Processos cíveis

O CCB Brasil possui 3.196 (Dezembro/15 - 2.749) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 70.578 (Dezembro/15 - R\$ 86.863). O CCB Brasil possui 509 (Dezembro/15 - 569) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 724.764 (Dezembro/15 - R\$ 712.902), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 348.312 (Dezembro/15 - R\$ 337.453). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

f) Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

Descrição	CONSOLIDADO				
	Dezembro/15	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/16
Cíveis	86.863	17.419	(30.120)	(3.584)	70.578
Trabalhistas	29.060	14.029	(558)	(1.610)	40.921
Subtotal	115.923	31.448	(30.678)	(5.194)	111.499
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/16
	CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	129.310	-	-	11.334
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	403	12.511
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	6.218	77.949
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	38.202	495.820
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	130	1.679
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	88	247
Subtotal	673.435	-	(960)	56.375	728.850
Total	789.358	31.448	(31.638)	51.179	840.347

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 73.614 (Dezembro/15 - R\$ 64.086) - processos Cíveis, R\$ 22.393 (Dezembro/15 - R\$ 17.289) - processos Trabalhistas e R\$ 323.635 (Dezembro/15 - R\$ 291.792) - processos Fiscais.

24. Outras obrigações - diversas

Descrição	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Cheques administrativos	589	316	589	316
Obrigações por venda/transferência de ativos financeiros (a)	710.029	485.554	-	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	-	1	-
Provisão para pagamentos a efetuar	28.115	19.236	52.652	51.299
Provisão para passivos contingentes (b)	95.576	102.354	111.499	115.923
Credores diversos - país (d)	123.773	111.939	122.725	113.780
Total	958.082	719.399	287.466	281.318

(a) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

(b) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 23e).

(c) Refere-se ao valor das cotas seniores dos FIDC's reclassificadas para fins de consolidação.

(d) Acrescido o saldo de provisão para fiança no montante de R\$ 104.815 (Dezembro/15 - R\$ 103.066), conforme nota 33.

25. Captações e empréstimos no exterior**a) Dívida subordinada**

Está representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
						Dezembro/16	Dezembro/15
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100%	417.728	366.300
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	841.467	1.018.945
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	105.860	126.887
Total - Nível II PR						1.365.055	1.512.132
(-) Despesas - captações						(2.637)	(3.559)
Total						1.362.418	1.508.573

(*) vide comentário nota 20.

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação da Dívida Subordinada no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2016 foi emitido Perpetual Bond no montante de R\$ 228.025 (US\$ 70 milhões) elegível ao Nível I do PR. O processo de autorização encontra-se pendente de homologação junto ao BACEN.

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
						Dezembro/16	Dezembro/15
EMTN - ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	331.780	397.526
EMTN - ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	28/12/2021	228.025	8,00%	228.146	-
Total PR						559.926	397.526

26. Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

27. Patrimônio Líquido**a) Ações**

O capital social do Banco é de R\$ 1.554.886 (Dezembro/15 - R\$ 2.012.810) e está dividido em 337.014.373 ações nominativas (Dezembro/15 - 252.903.569), sendo 213.488.507 ordinárias (Dezembro/2015 - 160.206.833) e 123.525.866 preferenciais (Dezembro/15 - 92.696.736), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 mil para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000 mil, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 mil para R\$ 1.699.886 mil dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000 mil, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a Controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. Em 31 de dezembro de 2016, o aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao BACEN.

b) Ações em tesouraria

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de Recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- 1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- 2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações).

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16b).

Até 31 de dezembro de 2016 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 mil (2015 - R\$ 55.105 mil), número de ações correspondente 6.398.518.

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício,

nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio no período.

d) Reservas - a apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.

28. Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2016, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	Dezembro/15	Realizações	Adições	Ajustes 15% - 20%	Transferência de Crédito Presumido	Dezembro/16
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	523.724	(555.551)	367.779	-	(216.964)	118.988
Provisão para desvalorização de bens não de uso	16.645	(158)	4.040	-	-	20.527
Provisão para contingências e outras	215.711	(71.183)	142.174	-	-	286.702
Subtotal	756.080	(626.892)	513.993	-	(216.964)	426.217
Prejuízo fiscal	152.713	-	230.524	-	-	383.237
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	908.793	(626.892)	744.517	-	(216.964)	809.454
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	418.980	(444.440)	294.223	-	(163.698)	105.065
Provisão para desvalorização de bens não de uso	11.341	(126)	4.131	(1.957)	-	13.389
Provisão para contingências e outras	136.221	(66.844)	151.161	(52.462)	-	168.076
Subtotal	566.542	(611.410)	449.515	(54.419)	163.698	286.530
Base negativa da CSLL acumulada	140.283	-	206.474	(86.273)	-	260.484
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	706.825	(511.410)	655.989	(140.692)	163.698	547.014
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.615.618	1.138.302	1.400.506	(140.692)	380.662	1.356.468

Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Ajustes 15% - 20%	Dezembro/15
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	345.324	(70.784)	249.184	-	523.724
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.699	(2.880)	1.826	-	16.645
Provisão para contingências e outras	159.313	(13.424)	69.822	-	215.711
Subtotal	522.336	(87.088)	320.832	-	756.080
Prejuízo fiscal	89.198	-	63.515	-	152.713
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	611.534	(87.088)	384.347	-	908.793
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	207.196	(42.471)	149.510	104.745	418.980
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.619	(1.728)	1.096	1.354	11.341
Provisão para contingências e outras	95.586	(46.373)	41.893	45.115	136.221
Subtotal	313.401	(90.572)	192.499	151.214	566.542
Base negativa da CSLL acumulada	83.651	(22.062)	38.109	40.585	140.283
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	397.052	(112.634)	230.608	191.799	706.825
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.008.586	(199.722)	614.955	191.799	1.615.618

Descrição	Dezembro/15	Realizações	Adições	Ajustes 15% - 20%	Dezembro/16
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	536.279	(567.925)	378.615	-	(216.964)
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.739	(1.212)	4.120	-	20.647
Provisão para contingências e outras	225.672	(72.246)	144.150	-	297.576
Subtotal	779.690	(641.383)	526.885	-	(216.964)
Prejuízo fiscal	173.133	(2.619)	241.987	-	412.501
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	952.823	(644.002)	768.872	-	(216.964)
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	429.020	(454.338)	302.892	-	(163.698)
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.216	(969)	4.195	(1.957)	-
Provisão para contingências e outras	142.835	(67.586)	152.562	(52.462)	-
Subtotal	584.071	(522.893)	459.649	(54.419)	(163.698)
Base negativa da CSLL acumulada	155.285	(1.769)	213.795	(86.273)	-
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	739.356	(524.662)	673.444	(140.692)	(163.698)
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.692.179	(1.168.664)	1.442.316	(140.692)	(380.662)

Descrição	Dezembro/14	Realizações	Adições	Ajustes 15% - 20%	Dezembro/15
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	361.037	(85.616)	260.858	-	536.279
Provisão para desvalorização de bens não de uso	19.046	(3.522)	2.215	-	17.739
Provisão para contingências e outras	168.852	(14.732)	71.552	-	225.672
Subtotal	548.935	(103.870)	334.625	-	779.690
Prejuízo fiscal	111.274	(2.583)	64.442	-	173.133
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	660.209	(106.453)	399.067	-	952.823
Contribuição Social					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em milhares de reais

CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, e o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade e efetiva concretização das estimativas que fundamentam a realização dos créditos tributários dentro do prazo estabelecido na regulamentação vigente. **Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 789.677 (Dezembro/15 - R\$ 1.220.926).

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

	2014	2015	2016	Total
Credito Presumido Constituído	78.983	107.450	194.229	380.662

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

b) Passivo diferido

O CCB Brasil possui registrado R\$ 65.061 (Dezembro/15 - R\$ 30.924) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 3.449 (Dezembro/15 - R\$ 8.767) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

	CONSOLIDADO			
Passivo diferido	Dezembro/15	Realizações	Adições	Dezembro/16
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	-	34.137	65.061
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.318)	-	3.449
Total	39.691	(5.318)	34.137	68.510

	CONSOLIDADO			
Passivo diferido	Dezembro/14	Realizações	Adições	Dezembro/15
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	8.210	(23.373)	46.087	30.924
IR sobre Superveniência de depreciação	30.554	(21.787)	-	8.767
Total	38.764	(45.160)	46.087	39.691

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	MÚLTIPLO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(395.789)	(395.789)
Base de cálculo		
Adições temporárias	1.980.902	1.980.902
Adições permanentes	378.391	378.391
Exclusões	(2.886.365)	(2.886.365)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)	(922.861)	(922.861)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	22.608	11.654
(=) Provisão IR e CSLL (2016)	22.608	11.654
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(515.502)	(396.303)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(230.524)	(120.201)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	626.892	511.410
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(119.134)	(5.094)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(96.526)	6.560

	MÚLTIPLO	
	Dezembro/15	Dezembro/16
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.079.665)	(1.079.665)
Base de cálculo	(1.079.665)	(1.079.665)
Adições temporárias	1.274.142	1.274.142
Adições permanentes	176.270	176.270
Exclusões	(624.807)	(624.807)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(254.060)	(254.060)
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	13.074	9.755
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	13.074	9.755
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(323.397)	(344.796)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(63.515)	(78.694)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	87.088	90.572
Realização do crédito tributário (sobre compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	22.062
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(299.824)	(310.856)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(286.750)	(301.101)

	CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(390.009)	(390.009)
Base de cálculo	(390.009)	(390.009)
Adições temporárias	2.067.837	2.043.292
Adições permanentes	378.619	378.619
Exclusões	(2.946.894)	(2.943.743)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)	(890.447)	(911.841)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	922.861	926.395
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	32.414	11.020
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	8.980	6.615
Adicional de 10% de IR	5.627	-
Impostos correntes	14.607	6.615
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	14.607	7.319
Imposto de Renda e CSLL Diferido	17.655	11.628
(=) Provisão IR e CSLL (2016)	32.262	18.947
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(528.388)	(406.437)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(241.987)	(127.522)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	641.382	522.893
Realização do crédito tributário (sobre compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	2.619	1.769
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(126.374)	(9.297)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(94.112)	9.650

	CONSOLIDADO	
	Dezembro/15	Dezembro/16
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.073.537)	(1.073.537)
Base de cálculo	(1.073.537)	(1.073.537)
Adições temporárias	1.430.842	1.343.693
Adições permanentes	176.508	176.508
Exclusões	(696.249)	(696.249)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)	(162.436)	(249.585)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	260.088	548.080
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(4.137)	(153.613)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	104.653	13.885
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	15.698	3.004
Adicional de 10% de IR	9.665	-
Impostos correntes	25.363	3.004
Conciliação do resultado		
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(8.780)	9.730
(=) Provisão IR e CSLL (2015)	16.583	12.734
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(337.190)	(357.715)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.022)	(82.212)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	104.088	102.059
Realização do crédito tributário (sobre compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.642	23.042
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(296.482)	(314.826)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(279.899)	(302.092)

29. Composição das principais contas de resultado

a) Resultado de operações de crédito

	MÚLTIPLO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Capital de giro e descontos	159.321	347.708	665.550
Contas garantidas	769	3.425	30.125
Crédito pessoal consignado	95.653	168.161	21.326
Comprar	241	258	156
Cheque empresarial	197	539	5.224
Financiamentos à importação	2.259	4.289	17.866
Financiamentos à exportação	34.663	66.421	72.751
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.815	5.331	6.328
Financiamentos imobiliários e habitacionais	144	279	281
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	2.419	5.854	14.110
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	20	312	730
Crédito a pessoas físicas	63	890	14.627
Outros empréstimos e financiamentos	28.113	52.854	64.466
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	35.200	103.121	101.324
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	2.084	(13.072)	89.740
Total	364.961	746.370	1.104.604

	CONSOLIDADO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Capital de giro e descontos	159.321	347.708	660.718
Contas garantidas	769	3.425	30.124
Crédito pessoal consignado	223.206	353.023	118.619
Comprar	241	259	156
Cheque empresarial	198	539	5.224
Financiamentos à importação	2.259	4.289	17.866
Financiamentos à exportação	34.663	66.421	72.751
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.815	5.330	6.328
Financiamentos imobiliários e habitacionais	144	279	282
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	39.520	77.323	79.973
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	20	311	730
Crédito a pessoas físicas	63	890	14.640
Outros empréstimos e financiamentos	28.210	53.084	64.721
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	39.058	110.172	106.710
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	2.084	(13.072)	89.740
Total	533.571	1.009.981	1.268.582

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	MÚLTIPLO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	194.842	288.515	155.269
Resultado de títulos renda fixa	129.894	281.427	297.088
Rendas de aplicações compromissadas	216.463	313.743	166.597
Outras operações com títulos e valores mobiliários	16.326	24.430	20.488
Variação cambial	637	2.980	7.816
Total	558.162	911.095	647.258

	CONSOLIDADO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	49.093	53.155	25.665
Resultado de títulos renda fixa	130.461	282.495	299.450
Rendas de aplicações compromissadas	216.463	313.743	166.597
Outras operações com títulos e valores mobiliários	16.327	24.430	16.564
Variação cambial	637	2.980	7.816
Total	412.981	676.803	516.092

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	MÚLTIPLO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Mercado futuro - dólar	(131.339)	(389.439)	(47.575)
Mercado futuro - DI	(23.667)	(118.933)	107.386
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	-	-	(1.188)
Swap	(90.050)	(253.709)	(132.800)
Variação cambial - Swap	49.628	(542.413)	1.212.782
Termo de moedas	2.100	(4.493)	6.404
Total	(193.328)	(1.308.987)	1.145.009

	CONSOLIDADO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Mercado futuro - dólar	(131.339)	(389.439)	(47.575)
Mercado futuro - DI	(23.667)	(118.933)	107.386
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	-	-	(1.188)
Swap	(90.050)	(253.709)	(128.622)
Variação cambial - Swap	49.628	(542.413)	1.212.782
Termo de moedas	2.100	(4.493)	5.073
Total	(193.328)	(1.308.987)	1.147.856

d) Resultado de câmbio

	MÚLTIPLO e CONSOLIDADO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Rendas de operações de câmbio	14.734	29.455	77.955
Despesas de operações de câmbio	(596)	(1.367)	(2.498)
Variações cambiais	11.164	(124.745)	475.647
Total	25.302	(96.657)	551.104

e) Despesas de captação no mercado

	MÚLTIPLO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Depósitos de poupança	461	957	973
Títulos e valores mobiliários no exterior	56.053	113.806	173.845
Depósitos interfinanceiros	27.013	65.183	86.059
Depósitos a prazo	151.012	331.647	696.544
Operações compromissadas	230.048	327.613	171.952
Despesas de letras do agronegócio - LCA	13.578	26.154	31.052
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	9.094	21.021	30.310
Despesas de letras financeiras - LF	5.580	11.668	14.172
Outras	1.890	6.231	25.515
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	13.356	(174.933)	778.300
Total	508.085	729.347	2.008.722

	CONSOLIDADO		
2º Semestre 2016	2016	2015	
Depósitos de poupança	462	957	973
Títulos e valores mobiliários no exterior	56.054	113.807	173.844
Depósitos interfinanceiros	15.812	52.990	86.059
Depósitos a prazo	149.259	327.375	680.407
Operações compromissadas	226.200	313.023	151.122

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em milhares de reais

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Despesas vinculada a cessão de crédito interbancário - empresa ligada (nota 8 h.1)	-	-	-
Prejuízos em venda ou transferência de ativo financeiro - cessões para securitizadora de crédito - empresa não ligada (nota 8 h.4)	870.842	870.842	2.198
Total	870.842	870.842	2.198

h) Outras receitas operacionais

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.075	1.989	3.185
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	-	-	141
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	4.565	9.406	15.387
Atualização de depósito em garantia	13.766	22.634	9.585
Reversão de provisões operacionais	-	24.591	2.364
Reversão de provisões para fiança	151	151	-
Receitas por recebíveis do Governo Federal	-	38.928	-
Reversão Goodwill	25.867	37.287	-
Outras rendas operacionais	12.686	16.912	23.251
Total	58.110	151.898	53.913

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	5.839	9.208	7.462
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	-	-	141
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	4.626	9.585	15.619
Atualização de depósitos em garantia	13.917	22.917	9.921
Reversão de contingências fiscais	-	961	2.053
Reversão de provisões operacionais	18	22.453	3.533
Reversão de provisões para fiança	151	151	-
Receitas por recebíveis do Governo Federal	-	38.928	-
Reversão Goodwill	25.867	37.287	-
Outras rendas operacionais	13.766	20.119	27.231
Total	64.184	161.609	65.960

i) Outras despesas operacionais

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	2.133	9.317	8.362
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	11.684	17.664	25.497
Constituição de provisões para fiança	-	1.900	103.068
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.535	44.599	38.338
Comissões crédito consignado	8.992	36.121	36.757
Programa de remuneração e retenção de funcionários	6	6	18.705
IOF sobre operações de câmbio próprias	370	752	1.158
Outras despesas	17.552	18.677	16.510
Total	63.272	129.036	248.395

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	2.133	9.317	8.362
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	15.829	22.404	32.684
Constituição de provisões para fiança	-	1.900	103.068
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.578	45.358	39.540
Comissões crédito consignado	84.986	141.370	65.760
Programa de remuneração e retenção de funcionários	6	98	18.981
IOF sobre operações de câmbio próprias	371	753	675
Outras despesas	19.292	22.692	20.534
Total	145.195	243.892	289.604

j) Despesas de pessoal

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Salários	73.585	137.096	128.175
Benefícios	11.473	21.416	19.732
Encargos sociais	24.279	46.395	43.937
Honorários da diretoria	8.112	15.240	12.504
Outros	439	756	840
Total	117.888	200.903	205.188

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Salários	79.515	147.980	138.028
Benefícios	13.578	25.165	23.020
Encargos sociais	26.309	50.157	47.418
Honorários da diretoria	8.341	15.648	12.935
Outros	590	1.012	1.102
Total	128.333	239.962	222.503

k) Outras despesas administrativas

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Despesas de alugueis e taxas	11.791	25.296	27.490
Despesas de comunicações	682	1.357	1.752
Despesas de manutenção e conservação	3.129	6.540	9.489
Despesas de processamento de dados	6.010	11.875	9.827
Despesas de promoções e relações públicas	722	1.578	2.373
Despesas de propaganda e publicidade	856	1.698	2.530
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.719	7.361	8.956
Despesas de serviços de terceiros	13.572	26.940	33.784
Despesas de transportes e viagens	2.586	4.742	3.893
Despesas de amortização e depreciação	9.575	19.707	19.326
Outras despesas	6.844	13.803	17.776
Total	59.486	120.897	137.196

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Despesas de alugueis e taxas	12.856	27.377	29.502
Despesas de comunicações	1.219	2.465	2.786
Despesas de manutenção e conservação	4.359	8.672	10.471
Despesas de processamento de dados	12.412	21.297	19.538
Despesas de promoções e relações públicas	737	1.616	2.404
Despesas de propaganda e publicidade	1.200	2.371	3.059
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.838	11.674	12.065
Despesas de serviços de terceiros	23.475	43.738	40.852
Despesas de transportes e viagens	3.607	6.375	4.806
Despesas de amortização e depreciação	9.839	20.179	19.942
Outras despesas	10.008	20.454	24.582
Total	85.550	166.218	170.007

l) Despesas tributárias

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Despesas tributárias	2.607	5.059	4.856
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.402	2.620	3.062
Despesas de contribuição ao COFINS	7.319	11.003	12.941
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.189	1.788	2.103
Total	12.517	20.470	22.962

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Despesas tributárias	3.172	6.080	5.789
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.849	3.506	3.921
Despesas de contribuição ao COFINS	12.752	20.187	18.806
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	2.088	3.356	3.576
Total	19.861	33.129	32.092

m) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Operações de crédito	2.084	(13.072)	89.740
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	637	2.980	7.816
Mercado futuro - dólar	21.932	(189.492)	(47.575)
Opções flexíveis - dólar	-	-	(1.189)
Swap - dólar	49.628	(542.413)	1.212.782
Termo de moeda - dólar	2.100	(4.493)	6.404
Resultado de câmbio	11.164	(124.745)	475.647
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(13.356)	174.933	(778.300)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(57.833)	726.292	(911.967)
Total	16.356	29.990	53.358

	CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Operações de crédito	2.084	(13.072)	89.740
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	637	2.980	7.816
Mercado futuro - dólar	21.932	(189.492)	(47.575)
Opções flexíveis - dólar	-	-	(1.189)
Swap - dólar	49.628	(542.413)	1.212.782
Termo de moeda - dólar	2.100	(4.493)	6.404
Resultado de câmbio	11.164	(124.745)	475.647
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(13.356)	174.933	(778.300)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(57.833)	726.292	(916.604)
Total	16.356	29.990	47.390

n) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	MÚLTIPLO		
	2º Semestre 2016	2016	2015
Resultado na alienação de bens	2.157	2.877	226
Perdas de Capital	294	45	(3.002)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(15.357)	(15.529)	551
Outros	495	815	699
Total	(12.411)	(11.792)	(1.526)

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O CCB Brasil está apresentando à demonstração de segmentos operacionais prevista no CPC 22. De acordo com esse pronunciamento, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrerem despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

• Atacado

• Varejo

O CCB Brasil mantém a estratégia de focar as suas operações no segmento de atacado. Este segmento inclui transações de capital de giro de curto prazo. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que provêm ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco.

O segmento de Varejo inclui basicamente operações de crédito consignado para funcionários do setor público, um segmento, onde o CCB Brasil tem operado por mais de dez anos e apresenta um baixo histórico de inadimplência.

Em 03 de novembro de 2009 o CCB Brasil assinou o contrato de compra para adquirir 100% da CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (CCB Brasil Financeira) ao provimento de empréstimos para pessoa física (incluindo crédito consignado, crédito pessoal e financiamento de veículos) e para empresas de pequeno porte. As informações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas da Intermediação Financeira	1.369.767	341.114	1.710.881	3.304.869	172.247	3.477.116
Operações de Crédito	746.370	263.611	1.009.981	1.099.772	168.810	1.268.582
Operações de Arrendamento Mercantil	13.297	-	13.297	(6.736)	-	(6.736)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	673.915	2.888	676.803	512.655	3.437	516.092
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	-	1.147.856	-	1.147.856
Resultado de Câmbio	-	-	-	551.104	-	551.104
Resultado de Aplicações Compulsórias	273	-	273	218	-	218
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	(64.088)	74.615	10.527	-	-	-
Despesas da Intermediação Financeira	(1.346.864)	(288.752)	(1.635.616)	(3.845.716)	(126.328)	(3.972.044)
Captação no mercado	(462.928)	(235.400)	(698.328)	(1.860.015)	(111.773)	(1.971.788)
Empréstimos, cessões e repasses	665.470	-	665.470	(1.022.288)	-	(1.022.288)
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(1.308.987)	-	(1.308.987)	-	-	-
Resultado de Câmbio	(96.657)	-	(96.657)	-	-	-
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros	(870.842)	-	(870.842)	(26.515)	24.317	(2.198)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	727.080	(53.352)	673.728	(936.898)	(38.872)	(975.770)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	22.903	52.362	75.265	(540.847)	45.919	(494.928)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(293.430)	(159.838)	(453.268)	(505.507)	(70.429)	(575.936)
Receitas de tarifas de prestação de serviços e tarifas bancárias	58.707	12.191	70.898	63.854	9.613	73.467
Despesas de pessoal	(221.845)	(18.117)	(239.962)	(207.068)	(15.435)	(222.503)
Despesas tributárias	(24.411)	(8.718)	(33.129)	(26.412)	(5.680)	(32.092)
Resultado de participação em controladas	(2.574)	-	(2.574)	(1.157)	-	(1.157)
Outras despesas administrativas	(125.101)	(41.117)	(166.218)	(142.105)	(27.902)	(170.007)
Outras receitas operacionais	152.932	8.677	161.609	60.221	5.739	65.960
Outras despesas operacionais	(131.138)	(112.754)	(243.892)	(252.840)	(36.764)	(289.604)
Resultado Operacional	(270.527)	(107.476)	(378.003)	(1.046.354)	(24.510)	(1.070.864)
Resultado não operacional	(11.873)	(133)	(12.006)	(2.320)	(353)	(2.673)
Resultado antes da Tributação e Participações sobre o Lucro	(282.400)	(107.609)	(390.009)	(1.048.674)	(24.863)	(1.073.537)

	CONSOLIDADO					
	Dezembro/16			Dezembro/15		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Total em Ativos	19.464.999	2.336.305	21.801.304	12.712.720	1.290.610	14.003.330
Total em Passivos	18.200.007	2.242.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

32. Demonstrativo do limite de imobilização

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15
Limite	691.823	715.333
Situação	146.988	158.354
Margem	544.835	556.979
Índice de imobilização	10,62%	11,07%

33. Avais e Fianças prestadas

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.721.806 (Dezembro/15 - R\$ 2.065.537) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Maior tomador de fiança	182.859	10,62	162.481	7,87
10 Maiores fianças	755.259	43,86	762.188	36,90
20 Maiores fianças	1.041.284	60,48	1.098.953	53,20
50 Maiores fianças	1.428.152	82,95	1.572.935	76,15

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 104.815 (Dezembro/15 - R\$ 103.066), registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 24).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 9.782 (Dezembro/15 - R\$ 34.317) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

34. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site <http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109> e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. RISCOS QUE O BANCO SE EXPÕE

Na condução de suas operações, o CCB Brasil está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco Externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos Financeiros

2.1. - Risco de Crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2. - Risco de Mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3. - Risco de Liquidez

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O CCB Brasil apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 2.632.750. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica “Obrigações por Empréstimos” refere-se a operações com o controlador, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

3. Riscos não Financeiros

3.1. - Risco Operacional

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2. - Risco Socioambiental

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. Risco Estratégico

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

II. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco possui designado o *CRD - Chief Risk Officer* designado como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- *Economic Value of Equity*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle

de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do Banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do Banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-risk e EVE

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Para as operações classificadas como *Banking* (Não Negociação) a gestão do risco tem internamente se utilizado do cálculo pelo EVE (*Economic Value of Equity*).

O EVE é uma solução alternativa e complementar à utilização do VaR paramétrico tradicional para a gestão de risco de mercado associado à carteira *banking*. Esse modelo propicia uma avaliação mais adaptada ao longo prazo, pois considera que os ativos e passivos não serão desfeitos e, poderão recuperar no tempo, mudanças nas taxas que ocorrem no curto prazo. Esse modelo estima o valor justo dos instrumentos financeiros em diferentes cenários de estresse e estimam as mudanças do valor base em cada um desses casos.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR e EVE para a carteira *Trading* e *Banking*, respectivamente. O tipo de limite a ser definido e monitorado é previamente determinado pela área de risco de mercado que garante que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* são obtidos diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos aos limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

Carteira de Negociação (trading): consiste em títulos públicos e operações compromissadas ou eventualmente *hedges* realizados para clientes. A Regra de *Volcker* impede que a instituição invista seu capital próprio, ou patrocinem, de alguma forma, fundos de *hedge* e fundos de *private equity*. Por isso, a partir de 30 de junho de 2016, considerando a adesão internacional do CCB Corporation a regra “*Volcker*”, foram suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil.

Carteira Banking: formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação. O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com *gaps* mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e está sendo aperfeiçoada para que seja ajustada segundo a estratégia de atuação.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Diferem, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *Credit Value-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% (100%-99%=1%), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de *default* aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

34. Outras Informações

a) O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Dezembro/16	Dezembro/15
Operacional		
Comercial	121	155
Captação	8	9
Subtotal	129	164
Suporte e Controle		
Administrativo	248	281
Jurídico/Auditoria	30	29
Controladoria	85	101
Informática	103	115
Outros	–	1
Subtotal	466	527
Total	595	691

b) **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**
O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos (originalmente) de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 35%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 80%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

c) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Disponibilidades	110.289	392.599	110.743	393.518
Aplicações no mercado aberto	3.578.596	–	3.578.596	–
Aplicações em moedas estrangeiras	131.157	330.614	131.157	330.614
Total	3.820.042	723.213	3.820.496	724.132

f) Aplicação de Ajustes Prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do BACEN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apreçamento aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as informações contábeis intermediárias encerradas na data-base de 31 de dezembro de 2016, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais 99,34% (Dezembro/15 - 97,40%) de uma carteira de R\$ 7.698.332 (Dezembro/15 - R\$ 4.048.478) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.

- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 336.983 (Dezembro/15 - R\$ 962.378), fazem substancialmente frente ao *hedge* das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.

- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente:	Wensheng Yang	Diretor Presidente:	Xi Zhang	Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Conselho:	Xi Zhang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira	Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Hong Yang Milto Bardini Paulo Celso Del Ciampo	Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid
		Diretores:	Andrew Murray Hemm Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre		

Contador - Marta Regina Ruiz - CRC 1SP189688/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do **China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (“Banco”) identificadas como “Múltiplo” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transferência do controle acionário e créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, a qual informa sobre as ações previstas e implementadas pelo Banco e seu Controlador para a manutenção dos registros dos créditos tributários, para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização dos créditos tributários, e as ações para o reenquadramento dos limites mínimos de capitalização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Individual e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3e.4, para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação de risco em nove níveis, de AA (risco mínimo) até H (potencial perda) e o julgamento do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao grau de julgamento relacionado à definição da classificação das operações de crédito aos níveis de risco que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos julgados como chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e classificação das operações de crédito nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pelo Banco na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e recalculamos a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

• Projeção de lucros tributáveis futuros para a realização de créditos tributários - Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 3.b e 28, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. O Banco elaborou estudo técnico para estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais estimam a realização dos créditos tributários, a partir das premissas econômico-financeiras no plano de negócios do Novo Controlador e considera ações a serem implementadas por si e pelo Controlador, as quais serão revistas tempestivamente. Devido à relevância dos créditos tributários e das premissas de negócios e econômico-financeiras utilizadas para estimar a geração de lucros tributáveis futuros para a realização de créditos tributários que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave do Banco relacionados ao processo de determinação e aprovação das premissas econômico-financeiras e as ações a serem implementadas pelo Banco e por seu Controlador utilizadas na elaboração do estudo técnico para estimar a geração de lucros tributáveis futuros, assim como, das premissas de realização dos créditos tributários. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, recalculamos a exatidão aritmética do estudo técnico elaborado pela Administração e analisamos a razoabilidade das principais premissas econômico-financeiras e das ações a serem implementadas pela Administração e pelo Controlador contidas no estudo técnico elaborado para estimar a geração de lucros tributáveis futuros. Com o auxílio dos nossos especialistas em impostos,

analisamos a razoabilidade das bases de cálculo dos créditos tributários constituídos e das premissas de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

• Cessão de operações de crédito - Individual e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8h.4, foram cedidas operações de crédito que estavam integralmente provisionadas e operações de crédito já baixadas para prejuízo resultando no reconhecimento de receitas. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos. Por se tratar de uma transação relevante realizada no exercício e ao grau de julgamento relacionado as avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos e balizamento do modelo de preço da cessão que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave do Banco relacionados ao processo da avaliação das perspectivas de recuperação dos créditos e balizamento do modelo de preço da cessão. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade dos valores envolvidos na transação, as avaliações de empresa especializada contratada pelo Banco, a metodologia e premissas utilizadas para determinação das perspectivas de recuperação dos créditos, assim como, do balizamento do modelo de preço da cessão. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somente requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade do Banco e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017



KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB foi instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O antigo Bicbanco, sucedido pelo CCB, teve seu controle acionário adquirido pelo CCB - China Construction Bank, através da CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda., sendo que as operações do banco estão sendo conduzidas nesse novo contexto. Já ocorreu o cancelamento de registro de companhia aberta. Em seu estudo técnico a instituição prevê a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários, bem como aumentos de capital, tendo em vista os níveis definidos pela regulamentação, aspectos constantes da nota explicativa nº 1, relativa ao contexto operacional, bem como do relatório dos auditores independentes em parágrafo de ênfase e como um dos principais assuntos de auditoria.

O relatório do Comitê e este resumo foram aprovados em reunião de 28/03/2017. O Comitê acompanha as determinações e apontamentos do órgão regulador, tendo inclusive mantido durante o período reunião específica com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê de Auditoria avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controle interno e das demonstrações financeiras.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela KPMG Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016, cujo relatório, apresentado em novo formato, é datado de 28 de março de 2017, e apresenta-se sem ressalvas, com parágrafo de ênfase sobre a transferência de controle acionário e créditos tributários, fazendo referência à nota explicativa sobre contexto operacional, em relação às ações visando a recuperação do ativo fiscal diferido e para o cumprimento dos limites mínimos de capital. Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do CCB.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação do plano estratégico e da necessidade de recomposição do capital regulatório, ambos aspectos essenciais para possibilitar a recuperação do ativo fiscal diferido.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2016, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição. Conforme comentários na nota explicativa 1 e parágrafo de ênfase no relatório dos auditores, a instituição realiza uma série de medidas visando a regularização dos níveis mínimos de capitalização e realização do ativo fiscal diferido.

São Paulo, 28 de março de 2017

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente
Daniel Joseph McQuoid
Walter M. Machado de Barros